



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

**RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DA
VICE-PRESIDÊNCIA E DA CORREGEDORIA REGIONAL
DA 16ª REGIÃO - EXERCÍCIO 2013**

**São Luís - MA
2014**

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DA VICE-PRESIDÊNCIA E DA CORREGEDORIA REGIONAL DA 16ª REGIÃO - EXERCÍCIO 2013

Luiz Cosmo da Silva Júnior
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor

VICE-PRESIDÊNCIA

Raimundo da Conceição Costa Lindoso

Assessor Jurídico

Luiz Alberto Queiroz Lima

Assessor Administrativo

Luiz Sadoque de Lima Matos

Analista Judiciário

Patrícia Vasconcelos de Almeida

Analista Judiciário

Ciro Ibiapina Cardoso

Analista Judiciário

Mauro de Sales Fortes

Analista Judiciário

Antonia Tânia Maria de Castro Silva

Técnico Judiciário

Francisco Antonio Cerqueira Amaral

Técnico Judiciário

Lucyanara Valente Nunes Raposo

Técnico Judiciário

Maria Teresa Santana

Servidora Requisitada

Camila Muniz Pinto

Técnico Judiciário

Celia Cristina Nunes Muniz

Técnico Judiciário

SECRETARIA DA CORREGEDORIA

Antonio Manoel Costa Silva

Secretário da Corregedoria

Ana Tereza Araujo Dias

Analista Judiciário

Fábio Henrique Soares

Técnico Judiciário

Olívia Maria Oliveira Almeida

Técnica Judiciária

Renata Rocha Vieira

Estagiária Nível Médio



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

SUMÁRIO

I.	Apresentação	05
II.	Objetivos	05
III.	Gestão de pessoas	05
	1. Histórico	05
	2. Ausências legais do Vice-Presidente e Corregedor	05
	3. Exercício da Presidência do Tribunal.....	07
	4. Estrutura organizacional	07
	4.1 Vice-Presidência.....	07
	4.2 Corregedoria.....	07
	5. Quadro Funcional da Vice-Presidência e Corregedoria	07
	6. Qualificação Profissional do Quadro de servidores.....	08
IV	Atribuições da Vice-Presidência e Corregedoria	08
V.	Atividades desenvolvidas	08
	1. Pela Vice-Presidência	08
	1.1 Atividades judiciais	08
	1.2 Atividades administrativas	09
	2. Pela Corregedoria Regional	09
	2.1 Fale Corregedoria	10
	2.1.1 Manifestações Recebidas.....	10
	2.1.2 Matérias Abordadas.....	10
	2.1.3 Tipos de Manifestações Recebidas.....	11
	2.1.4 Meios de Contatos Utilizados.....	12
	2.1.5 Relação dos Manifestantes com o TRT da 16ª Região.....	13
	2.1.6 Demonstrativo das Manifestações Ingressas nos últimos seis anos.....	14
	2.2 Pedidos de providências	14
	2.3 Reclamações correcionais	15
	2.4 Processos de vitaliciamento	16
	2.5 Processos de promoção e remoção dos juízes de primeiro grau	16
	2.6 Distribuição dos Juízes do Trabalho Substitutos para substituição e auxílio nas Varas do Trabalho que integram o TRT da 16ª Região.....	16
	2.7 Inspeção judicial	19
	2.8 Itinerância	20
	Indicador de Desempenho - Itinerância	20
	2.9 Correições Ordinárias	21
	2.10 Grupo de Apoio Móvel- GAM.....	22
	2.11 Projeto Conciliar	24
	2.12 Semana Nacional de Execução: 11 a 15 de junho de 2012	24
	2.13 Outras atividades	25
VI.	Indicadores de desempenho da primeira instância do TRT 16ª Região	25
	1. Fase de conhecimento	28
	1.1 Taxa de congestionamento na fase de conhecimento	28
	1.2 Metas do Judiciário Nacional relativas à fase de conhecimento	28
	1.2.1 Metas Nacionais de 2010	28
	1.2.2 Meta Nacional nº 01 de 2013.....	28

1.3	Indicadores de Desempenho acompanhados pela Corregedoria, relativos à fase de conhecimento	30
	. Indicador - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento	30
	. Indicador - Índice de Conciliação	32
2.	Fase de execução	33
2.1	Taxa de congestionamento na fase de execução	33
2.1.1	Seção de Execução (Juízo de Execução)	33
2.2	Indicadores de Desempenho acompanhados pela Corregedoria relativos à fase de execução	34
	. Indicador - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	34
3.	Prazos médios	35
3.1	Para a primeira audiência	35
3.2	Para julgamento	37
	. Indicador - Prazo Médio de Julgamento	38
4.	Atos privativos dos magistrados	40
4.1	Produtividade dos Juízes Titulares de Vara	40
4.2	Produtividade dos Juízes Substitutos	40
4.3	Metas do Judiciário Nacional relativas à produtividade dos magistrados	41
	. Meta Prioritária Nº 07	41
4.4	Indicadores de Desempenho do Tribunal acompanhados pela Corregedoria relativos à produtividade dos magistrados	41
	. Indicador - Produtividade dos Magistrados	41
5.	Outros indicadores de desempenho	42
	. Indicador - Índice de Processos Antigos	42
	. Indicador - Índice de Atendimento à Demanda	43
	. Indicador - Julgados por Força de Trabalho	47
VIII.	Gestão de material e patrimônio	48
IX.	Gestão ambiental	48
X.	Gestão de tecnologia informacional	48
XI.	Resultados obtidos	49
XII.	Considerações finais	49

I. APRESENTAÇÃO:

Em 2013, a Vice-Presidência e Corregedoria Regional da 16ª Região buscaram zelar pelo regular funcionamento da Justiça do Trabalho no 1º Grau, observando os objetivos a seguir enumerados:

- Organizar a Secretaria da Corregedoria de modo a possibilitar a realização do trabalho em parceria com os servidores que compõem o quadro de pessoal da Vice-Presidência, tendo em vista o reduzido quadro funcional de que dispõe;
- Dar continuidade, no âmbito das Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, aos trabalhos do Grupo de Apoio Móvel com a finalidade de auxiliar as Unidades Judiciárias que apresentem grande volume de demandas trabalhistas e atraso na movimentação processual, de modo a restabelecer o andamento normal das atividades da Secretaria;
- Conhecer, pelo contato direto ou por outros instrumentos disponíveis, a atual situação em que se encontram as Varas Trabalhistas da 16ª Região, nos seus aspectos estrutural, organizacional e, principalmente, jurisdicional;
- Designar Juízes do Trabalho Substitutos para auxílio e substituição nas Varas do Trabalho da 16ª Região;
- Proceder, quando da realização das Correições Ordinárias, à análise de autos processuais, por amostragem, visando aferir sua regular tramitação, mormente no que respeita aos prazos e atendimento das disposições constantes do Provimento Geral Consolidado do Regional, enfatizando, sobretudo, o caráter pedagógico de que se reveste o ato correicional;
- Conscientizar magistrados e servidores do papel da Corregedoria como órgão auxiliar para o desempenho, com qualidade, de suas atividades;
- Incentivar, no âmbito do 1º Grau, o caráter humanizador do atendimento a ser dispensado ao jurisdicionado.

II. OBJETIVOS:

A elaboração do Relatório Anual de Atividades faz parte das atribuições da Assessoria Administrativa da Vice-Presidência e da Secretaria da Corregedoria. Tem como objetivo precípua explicitar as atividades desenvolvidas, secundado pela necessária transparência nas informações das ações empreendidas.

Tem como objetivos específicos:

- Dar conhecimento da atuação da Vice-Presidência e Corregedoria aos Órgãos Superiores, ao Tribunal Pleno, aos magistrados, aos servidores e jurisdicionados;
- Dar publicidade do desempenho das unidades judiciárias do primeiro grau, após a consolidação dos dados estatísticos anuais.

III. GESTÃO DE PESSOAS:

1. Histórico:

O cargo de Vice-Presidente e função Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região foram exercidos, no ano de 2013, pelo Desembargador **Luiz Cosmo da Silva Júnior**, cujo mandato, para o biênio 2012/2013, iniciou-se em 01/01/2012.

O Vice-Presidente, de acordo com o estabelecido na RA nº 211/2011, funciona nos feitos de competência do Tribunal, presidindo a Segunda Turma, ficando excluído da distribuição quando no exercício da Presidência ou quando afastado da sede do Regional por período superior a 03 dias, em função corregedora.

Em 2013, assim como ocorrera no ano anterior, o Vice-Presidente e Corregedor não contou com juiz para auxiliar nas atividades da Corregedoria.

2. Ausências legais do Vice-Presidente e Corregedor:

No ano de **2013**, o Desembargador Vice-Presidente esteve ausente, em função corregedora, nos seguintes períodos:

	Unidade Judicial Correccionada	Período da Correição
2.1	Diretoria do Fórum Astolfo Serra e Seção de Execução	28 a 31 de janeiro.
2.1	5ª e 6ª VT's de São Luís	25/02 a 1º/03/2013
2.1	3ª e 4ª VT's de São Luís	8 a 12/04/2013
2.1	Vara do Trabalho de Pinheiro	6 a 10/05/2013
2.1	Vara do Trabalho de Barreirinhas	20 a 24/05/2013
2.1	Vara do Trabalho de Chapadinha	03 a 07/06/2013
2.1	1ª e 2ª VT's de São Luís	17 a 21/06/2013
2.1	7ª VT de São Luís	8 a 12/07/2013
2.1	VT's de Açailândia e Estreito	15 a 19/07/2013
2.1	1ª e 2ª VT's de Imperatriz e Fórum Manoel Alfredo	22 a 26/07/2013
2.1	Vara do Trabalho de Barra do Corda	05 a 09/08/2013
2.1	VT's de Pedreiras e Presidente Dutra	19 a 23/08/2013
2.1	Vara do Trabalho de Balsas	02 a 06/09/2013
2.1	Vara do Trabalho de Santa Inês	09 a 13/09/2013
2.1	Vara do Trabalho de São João dos Patos	21 a 25/10/2013
2.1	Vara do Trabalho de Caxias	09 a 11/12/2013
2.1	Vara do Trabalho de Bacabal	09 a 13/12/2013

Participou das Reuniões do **COLEPRECOR**:

- a) Período: 05 e 06/03/2013 - Brasília/DF;
- b) Período: 24 e 25/04/2013 - Brasília/DF;
- c) Período: 27/06/2013 - São Paulo/SP;
- d) Período: 14/08/2013 - Extraordinária - Brasília/DF;
- e) Período: 28 e 29/08/2013 - Brasília/DF;
- f) Período: 30/10 a 1º/11/2013 - Cuiabá/MT;
- g) Período: 27 e 27/11/2013 - Brasília/DF.

Participou dos seguintes **eventos**:

- a) Solenidade de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, no dia 7/01/2013;
- b) Solenidade de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, no dia 1º/02/2013;
- c) 53º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, em São Paulo/SP, no período de 23 a 26/06/2013;
- d) Conferência Nacional da Conciliação e Mediação, em Brasília/DF, no dia 28/6/2013;
- e) III Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação, em Brasília/DF, no dia 05/08/2013;
- f) Solenidade de posse do Excelentíssimo Desembargador do TRT 5ª Região, Sr. Cláudio Mascarenhas Brandão, no cargo de Ministro do TST, no dia 27/08/2013;
- g) Reunião com o Desembargador Presidente do TRT da 22ª Região, no dia 17/09/2013, para tratar de assunto relativo ao Termo de Cooperação Técnica celebrado com aquele Regional;
- h) Solenidade de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, no dia 5/11/2013;
- i) Solenidade de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, no dia 6/12/2013;
- j) Solenidade de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no dia 13/12/2013.

Esteve em **gozo de férias** nos seguintes períodos:

- a) 18/03 a 26/03/2013;
- b) 14/04 a 22/04/2013;
- c) 26/04 a 27/04/2013;
- d) 28/04 a 30/04/2013
- e) 02/05 a 05/05/2013;
- f) 10/06 a 16/06/2013;
- g) 1º/07 a 05/07/2013;
- h) 23/09 a 06/10/2013.

3. Exercício da Presidência do Tribunal:

O Vice-Presidente e Corregedor esteve no exercício da Presidência do Tribunal nos seguintes períodos: 01 a 05/01, 09 a 20/01, 22/02, 25 e 26/02, 08/03, 11 a 17/03, 14 a 17/10.

4. Estrutura organizacional:

4.1. Vice-Presidência:

O Gabinete da Vice-Presidência é constituído de duas assessorias: a Assessoria Administrativa, exercida por servidor lotado na Vice-Presidência, e a Assessoria Jurídica, exercida por servidor pertencente ao Gabinete do Desembargador.

4.2. Corregedoria

Em conformidade com o Regimento Interno, a função Corregedora é exercida pelo Vice-Presidente, a quem a Secretaria da Corregedoria está diretamente subordinada.

5. Quadro funcional da Vice-Presidência e Corregedoria:

Integram o quadro funcional da Vice-Presidência os servidores lotados no Gabinete da Vice-Presidência e aqueles lotados no Gabinete do Desembargador em exercício do cargo de Vice-Presidente.

A Secretaria da Corregedoria é diretamente subordinada ao Gabinete da Vice-Presidência.

No **ano de 2013**, o quadro funcional da Vice-Presidência e Corregedoria teve a seguinte composição:

Servidores Lotados na Vice-Presidência			
	Nome	Cargo/Função	CJ/FC
1.	Luiz Alberto Queiroz Lima	Técnico Judiciário/Assessor Administrativo	CJ-02
2.	Celia Cristina Nunes Muniz	Técnicos Judiciários	FC 05
3.	Camila Muniz Pinto		FC 04
Servidores Oriundos do Gabinete do Desembargador			
	Nome	Cargo	CJ/FC
4.	Raimundo da Conceição Costa Lindoso	Assessor de Desembargador	CJ-03
5.	Luiz Sadoque de Lima Matos	Analistas Judiciários	FC-03
6.	Patrícia Vasconcelos de Almeida		FC-05
7.	Ciro Ibiapina Cardoso		FC-05
8.	Mauro Sales Fortes		-
9.	Lucyanara Valente Nunes Raposo	Técnicos Judiciários	FC-05
10.	Francisco Antonio Cerqueira Amaral		FC-05
11.	Antonia Tânia Maria de Castro Silva		FC-05
12.	Maria Teresa Santana	Servidora Requisitada	FC-05

Servidores Lotados na Secretaria da Corregedoria			
	Nome	Cargo	CJ/FC
13.	Antonio Manoel Costa Silva	Secretário da Corregedoria	CJ-03
14.	Ana Tereza Araujo Dias	Analista Judiciário	FC-04
15.	Fábio Henrique Soares	Técnicos Judiciários	FC- 05
16.	Olívia Maria Oliveira Almeida		FC-04

Tendo em vista o reduzido número de servidores integrantes do quadro funcional da Corregedoria e o volume de atribuições do Setor, as duas servidoras da Vice-Presidência, Celia Cristina Nunes Muniz e Camila Muniz Pinto, desde a data das respectivas lotações, atuaram na Secretaria da Corregedoria.

6. Qualificação profissional do quadro de servidores:

A capacitação e o aperfeiçoamento profissional do quadro de pessoal é requisito importante para a prestação de serviço de qualidade em qualquer organização de trabalho.

Neste contexto, no ano de 2013, os servidores lotados na Vice-Presidência e Corregedoria participaram dos seguintes **cursos e eventos**:

	Nome	Curso	Carga horária
1.	Antonio Manoel Costa Silva	Curso de Gestão Estratégica	20 horas
		Inserção dos Tratados de Dir. Humanos no Sistema Jurídico.	4 horas
2.	Ana Tereza Araujo Dias	Fundamentos da Administração Pública	60 horas
		Curso de Gestão Estratégica	20 horas
		Noções de Direito Processual do Trabalho	120 horas
3.	Camila Muniz Pinto	Curso de Gestão Estratégica	20 horas
		Inserção dos Tratados de Dir. Humanos no Sistema Jurídico.	4 horas
4.	Célia Cristina Nunes Muniz	Curso de Gestão Estratégica	20 horas
		Oficina de Enc. Projeto "Banco Nacional de Autos Findos Trabalhistas"	9 horas
		Treinamento do Projeto "Banco Nacional de Autos Findos Trabalhistas"	14 horas
5.	Fábio Henrique Soares	Curso de Gestão Estratégica	20 horas
6.	Luiz Alberto Queiroz Lima	VII Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho	12 horas
7.	Marcos Pires Costa	Curso de Gestão Estratégica	20 horas
		Noções de Direito Processual do Trabalho	120 horas
		PJe-JT 1º Grau	40 horas
		Treinamento Básico de Combate a Incêndio	2 horas
8.	Olívia Maria Oliveira Almeida	Curso de Gestão Estratégica	20 horas
		Noções de Direito Processual do Trabalho	120 horas

A capacitação em serviço da equipe da Vice-Presidência e Corregedoria totalizou **645** (seiscentas e quarenta e cinco) horas de aprendizagem.

IV. ATRIBUIÇÕES DA VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA:

As atribuições da Vice-Presidência e Corregedoria Regional encontram-se disciplinadas no Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª região (fls. 35 e 36).

V. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

1. Pela Vice-Presidência:

1.1. Atividades Judiciais:

O Gabinete registrou a seguinte movimentação processual:

- **Processos remanescentes de 2012:**

Iniciou as atividades, em 2013, com o saldo de 26 (vinte e seis) processos remanescentes do ano anterior para relatar, sendo 2 (dois) do Pleno e 24 (vinte e quatro) de Turma.

• **Processos recebidos em 2013:**

No exercício de 2013, o Desembargador Vice-Presidente e Corregedor recebeu 558(quinhetos e cinquenta e oito) processos como relator, sendo 12 (doze) vinculados ao Pleno e 546 (quinhetos e quarenta e seis) de competência da Turma.

• **Redação de Acórdãos:**

Foram redigidos 407 (quatrocentos e sete) acórdãos (14 (quatorze) líquidos). Desse total, sendo 6 (seis) referentes a processos julgados pelo Pleno e 401 (quatrocentos e um) pela 2ª Turma.

1.2. Atividades administrativas:

- Pela Vice-Presidência, durante todo o ano de 2013, foram expedidas 38 (trinta e oito) Portarias, 11 (onze) delas relativas à abertura de procedimento administrativo para avaliação de desempenho funcional e ético de magistrados e o restante, em sua maioria, relativas à autorização de viagens oficiais e concessão de diárias à Desembargadora Presidente Ilka Esdra Silva Araújo.

2. Pela Corregedoria Regional:

As metas de 2013 foram escolhidas pelos Presidentes dos Tribunais brasileiros no 5º Encontro Nacional do Judiciário, em 18 de novembro de 2011.

Em 2013 a Secretaria da Corregedoria acompanhou o cumprimento das seguintes metas:

01) Meta Nacional nº 01/2013 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimentos do que os distribuídos em 2013);

02) Meta Nacional nº 02/2013 (Julgar, até a 31/12/2013, pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2009);

03) Meta Nacional nº 13/2013 (Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação ao ano de 2011);

04) Meta Prioritária nº 02/2010 (julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2007) e

05) Meta Prioritária nº 03/2010 [reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009)].

As metas 01/2013 e 13/2013, na primeira instância, foram cumpridas no ano de 2013.

Com o implemento do planejamento estratégico do Tribunal, no final do ano de 2009, foram definidos 48 (quarenta e oito) indicadores de desempenho, com as metas respectivas a serem alcançadas nos próximos cinco anos (2010 a 2014).

A Corregedoria Regional é co-gestora de 07 (sete) destes indicadores, os quais são, mensalmente, informados no Sistema de Gestão Estratégica - SIGEST:

- 1) Taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- 2) Índice de conciliação.
- 3) Prazo médio de julgamento.
- 4) Índice de processos antigos.
- 5) Índice de atendimento à demanda.
- 6) Taxa de congestionamento na fase de execução.
- 7) Itinerâncias.

2.1. Fale Corregedoria:

O "Fale Corregedoria" foi instituído, no âmbito da Corregedoria Regional, como um "canal de comunicação entre a instituição e os jurisdicionados para receber denúncias, pedidos de providências, críticas ou sugestões dos usuários como forma de ampliar os mecanismos de controle e aperfeiçoamento das atividades da Corregedoria da Justiça do Trabalho do Maranhão".¹

Havendo manifestações dos usuários pelo Fale Corregedoria, são solicitados esclarecimentos e informações aos órgãos da Justiça do Trabalho ou às unidades competentes do Tribunal, para solução das manifestações, conforme estabelecido no art. 2º do Ato GVP nº 02/2004 que instituiu o Fale Corregedoria.

2.1.1. Manifestações recebidas:

No ano de 2013, foram recebidas **132 (cento e trinta e duas)** manifestações na Corregedoria, por meio do Fale Corregedoria, sendo todas resolvidas e arquivadas no próprio ano de referência.

2.1.2. Matérias Abordadas:

Para o controle das manifestações formuladas pelo Fale Corregedoria e detecção do nível de insatisfação ou satisfação dos usuários, a partir do segundo semestre/2009, estabeleceu-se, de acordo com a incidência dos pedidos, 04 (quatro) assuntos/matérias mais abordadas:

- a) Reclamações Trabalhistas, quando se referiam à tramitação processual em geral;
- b) Atendimento, quando se referiam ao atendimento dispensado ou pela unidade judiciária, de forma genérica, ou pelo magistrado ou pelo servidor;
- c) Área da Tecnologia da Informação, quando a manifestação estava relacionada com algum dos programas informatizados em uso no Tribunal, inclusive a página da web;
- d) Fora do Alcance, quando se referiam a assuntos alheios às atribuições da Corregedoria, tais como: consulta sobre andamento de processos, direitos trabalhistas, solicitação para fiscalização de empresas, orientação de como proceder em processo em curso, entre outras.

Ficou assim o demonstrativo das matérias abordadas nas manifestações formuladas em 2013:

MATÉRIAS ABORDADAS	INCIDÊNCIA
Reclamações Trabalhistas	103
Atendimento	01
Área da Tecnologia da Informação	01
Fora do Alcance	27
TOTAL	132

¹ Ato GVP nº 02-2004.

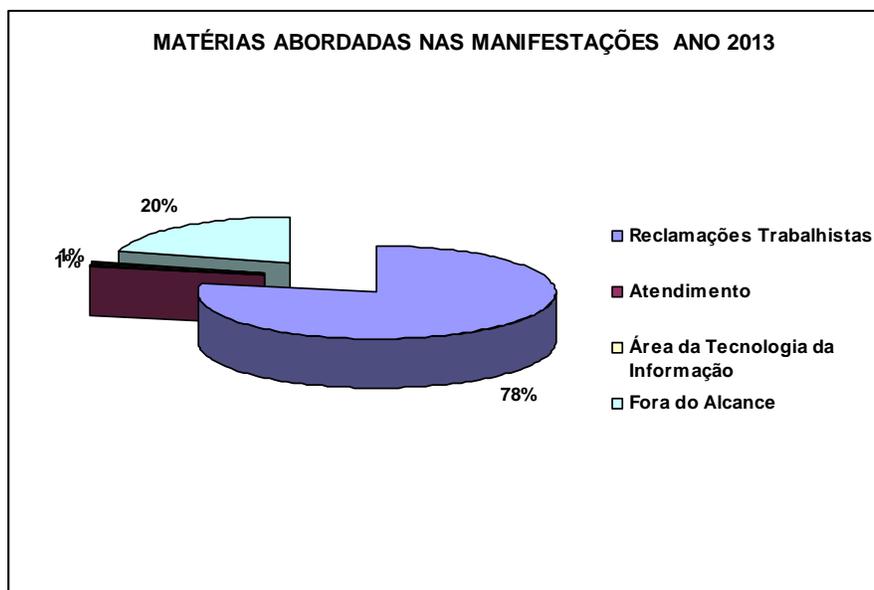


Gráfico 01

2.1.3. Tipos de manifestações recebidas

No formulário de manifestação, disponível no site do Tribunal, há quatro opções aos usuários para definirem o tipo de manifestação: sugestão, crítica, pedido de providência e outros. Em 2013, ficaram assim distribuídos os tipos de manifestações recebidas:

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES	INCIDÊNCIA
Pedido de providência	119
Outros	11
Crítica	02
Sugestão	00
TOTAL	132

Dos 119 (cento e dezenove) pedidos de providências recebidos, **83** (oitenta e três) foram relativos a reclamações dos jurisdicionados sobre a morosidade na tramitação de processos, sendo que em uma manifestação não foi informado o número do processo nem a Vara em que estaria tramitando.

As 83 (oitenta e três) manifestações sobre morosidade corresponderam a 62,8 % do total das manifestações, motivo pelo qual solicitavam auxílio da Corregedoria para imprimir celeridade nas ações. Em 16,8 % destes foi necessária a intervenção da Corregedoria junto às Varas respectivas, autuando-se **14** (quatorze) Pedidos de Providências.

As 82 (oitenta e duas) manifestações ficaram assim distribuídas entre as unidades judiciárias do 1º Grau:

VARAS TRABALHISTAS	MOROSIDADE NA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL
1ª Vara do Trabalho de São Luís	05
2ª Vara do Trabalho de São Luís	03
3ª Vara do Trabalho de São Luís	13
4ª Vara do Trabalho de São Luís	16
5ª Vara do Trabalho de São Luís	07
6ª Vara do Trabalho de São Luís	02
Vara do Trabalho de Açailândia	01
Vara do Trabalho de Balsas	06

Vara do Trabalho de Bacabal	02
Vara do Trabalho de Barreirinhas	01
Vara do Trabalho de Caxias	04
1ª Vara do Trabalho de Imperatriz	08
2ª Vara do Trabalho de Imperatriz	06
Vara do Trabalho de Pinheiro	05
Vara do Trabalho de Timon	01
Núcleo de Execução	02
TOTAL	82

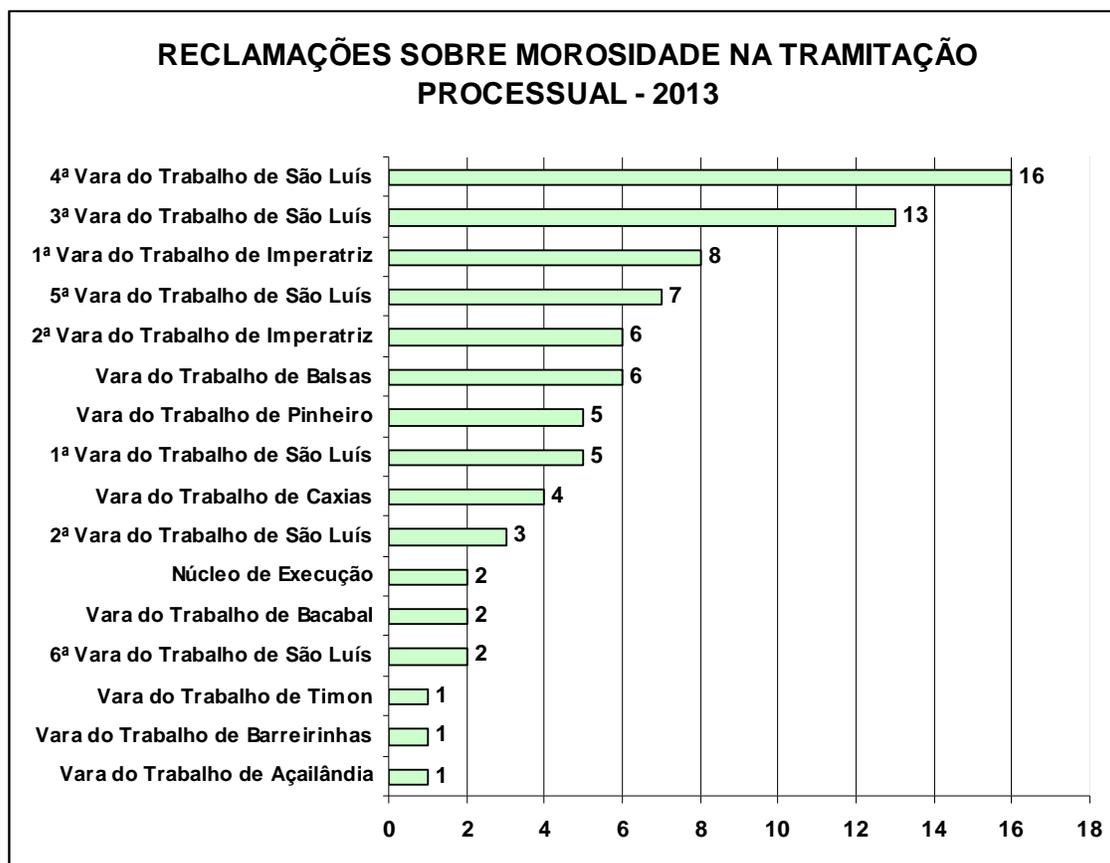


Gráfico 02

As 02 (duas) críticas recebidas, uma foi em relação à dificuldade de acesso ao Processo Judicial Eletrônico e outra foi em relação à resposta recebida pelo Fale Corregedoria.

Dentre as 11 (onze) manifestações enquadradas na tipologia outros, 09 (nove) versaram sobre assuntos fora do alcance das atribuições da Corregedoria, uma sobre atendimento dispensado na Vara do Trabalho de Balsas e outra sobre informações diversas sobre processo.

2.1.4. Meios de contato utilizados:

O meio de contato mais utilizado pelos manifestantes é o meio eletrônico, correspondendo a 96% das manifestações.

MEIOS DE CONTATO	INCIDÊNCIA
Formulário Eletrônico	125
e-mail	02

Telefone	02
Pessoalmente	03
TOTAL	132

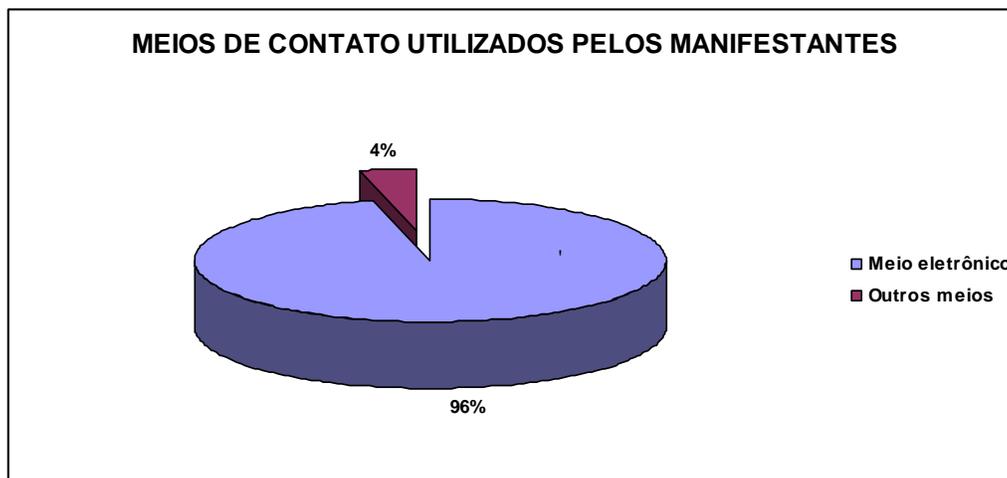


Gráfico 03

2.1.5. Relação dos manifestantes com o TRT 16ª Região:

Os reclamantes em ações trabalhistas são os que mais formulam manifestações. Em 2013, corresponderam a 75% dos manifestantes e, na maioria das vezes, solicitavam celeridade no andamento de seus processos.

O maior número de reclamações, nesse sentido, foi em relação à 4ª Vara do Trabalho de São Luís, repetindo a situação dos últimos dois anos precedentes.

RELACIONAMENTO COM O TRT	INCIDÊNCIA
Reclamante	100
Reclamado	01
Advogado (a)	21
Outro	10
TOTAL	132

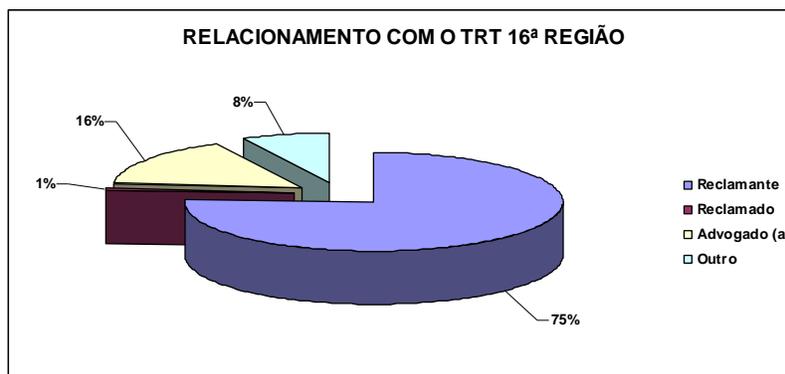


Gráfico 04

2.1.6. Demonstrativo das manifestações ingressas nos últimos SEIS anos:

ANO	Nº DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS
Ano 2008	183
Ano 2009	268
Ano 2010	152
Ano 2011	157
Ano 2012	160
Ano 2013	132

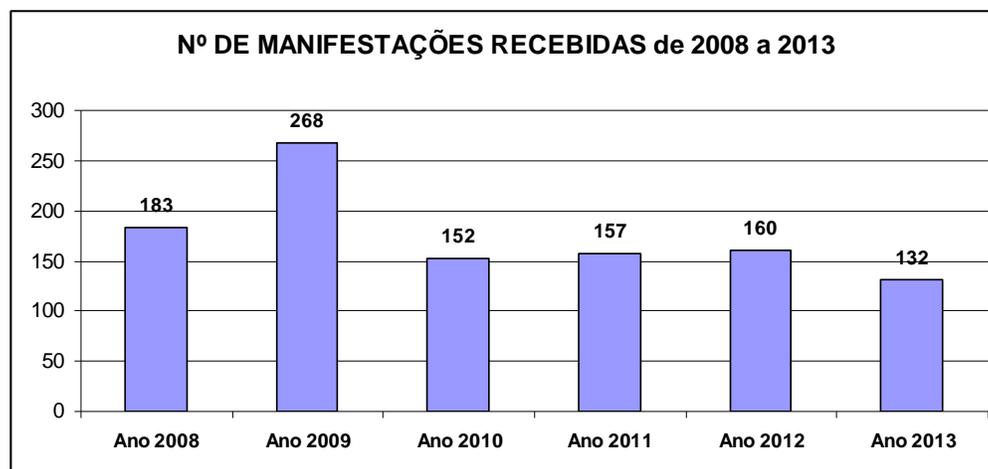


Gráfico 05

2.2. Pedidos de Providências:

As solicitações que não se enquadram nas hipóteses de Reclamação Correcional são autuadas como Pedidos de Providências, os quais, em sua grande maioria, se referem a atrasos na tramitação de processos.

Em **2012**, foram autuados **22** (vinte e dois) Pedidos de Providências, dos quais 10 (dez) foram recebidos pelo canal Fale Corregedoria.

Do total autuado, foram resolvidos e arquivados **81,3%**, restando, ao final do ano, 4 (quatro) em tramitação, registrando-se prazo médio para resolução equivalente a **52** (cinquenta e dois) dias.

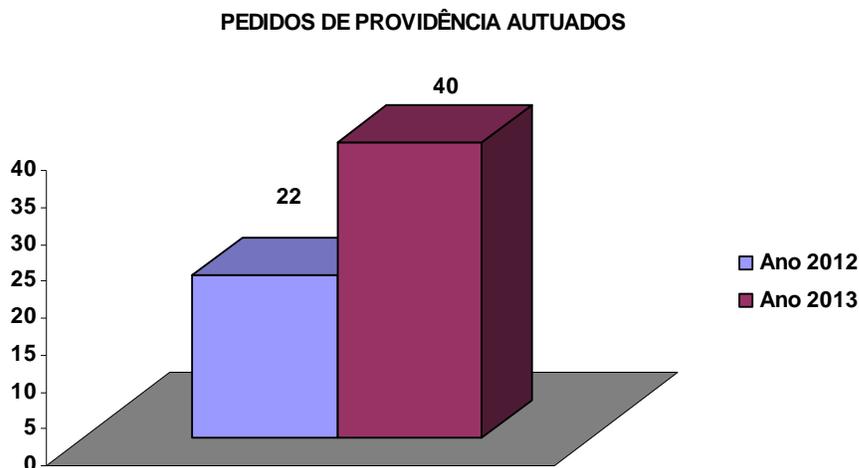


Gráfico 06

Em 2013, foram autuados **40** (quarenta) Pedidos de Providências, dos quais 10 (dez) foram recebidos pelo canal Fale Corregedoria.

Do total autuado, foram resolvidos e arquivados **88%**, restando, ao final do ano, 5 (cinco) em tramitação, registrando-se prazo médio para resolução equivalente a **38** (trinta e oito) dias.

Os 4 (quatro) processos remanescentes do ano de 2012,) foram julgados pelo Corregedor, no exercício de 2013.

Dos 2 (dois) processos remanescentes do ano de 2011, 1(um) foi julgado pelo Corregedor, restando 1 (um) para o exercício de 2014, o qual se encontra autuado no módulo judicial.

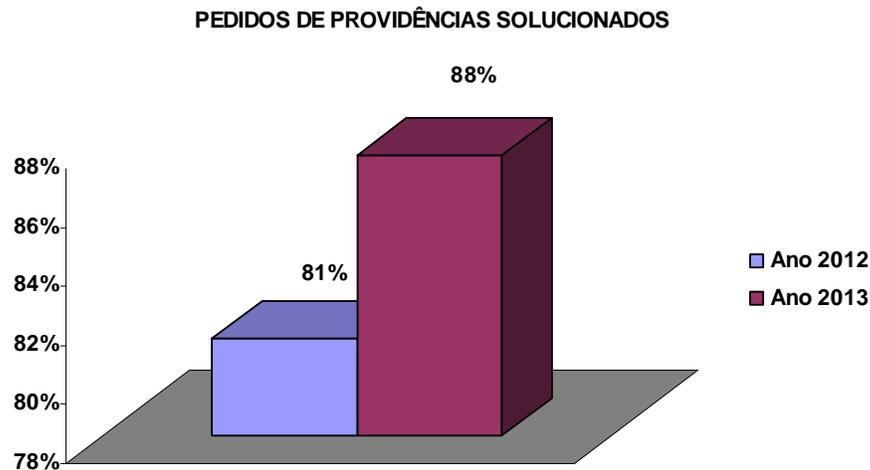


Gráfico 07

Com o objetivo de verificar o nível e a natureza da insatisfação dos jurisdicionados, de acordo com a incidência, destacaram-se 2 (dois) objetos/matérias, dentre os 40 (quarenta) pedidos de providências:

a) Morosidade - quando se referiam à lentidão na tramitação dos processos.

b) Desempenho - quando a solicitação estava relacionada com os procedimentos adotados pela Vara nos processos sob a sua responsabilidade.

OBJETO	INCIDÊNCIA
Morosidade	20
Desempenho	14
Outros	6
TOTAL	40

Dentre os vinte pedidos de providências cujo objeto foi morosidade na tramitação de processos, a maior incidência verificada foi em relação à 4ª Vara do Trabalho de São Luís, com 04 (quatro) pedidos.

2.3. Reclamações Correccionais:

As Reclamações Correccionais são dirigidas a atos e/ou despachos dos juízes de primeiro grau que, no entender do requerente, hajam violado as normas processuais ou atentado contra o interesse público.

9 (nove) foram o total de processos de Reclamação Correccional autuados em 2013, tendo todos sido devidamente julgados pelo Corregedor.

O saldo de processos remanescentes do ano de 2012, também, foi julgado pelo Corregedor no exercício de 2013.

2.4. Processos de Vitaliciamento:

Compete à Corregedoria acompanhar a atuação do juiz vitaliciando durante o período em que se encontra em processo de confirmação do cargo, conforme RA nº 217/2013, de 9 de setembro de 2013, que revogou a Resolução nº 74/2009. Durante o ano de 2013, o Corregedor acompanhou a atuação do Juiz Vitaliciando, orientando-o quanto ao desempenho de suas funções, à idoneidade moral e a adaptação para o exercício do cargo (art. 4ª da RA 217/2013)

No exercício de 2013, 04 (três) novos juízes ingressaram nos quadros do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, são eles: Paulo Fernando da Silva Santos Junior, Roberta de Melo Carvalho, Guilherme José Barros da Silva e Cláudio Victor de Castro Freitas; sendo que os 03 (três) primeiros vieram por permuta e o último, nomeação em virtude de concurso público.

O procedimento administrativo de confirmação de juiz de 1º Grau no cargo é inaugurado por despacho do Corregedor Regional, cabendo à Secretaria da Corregedoria acompanhar o andamento dos autos. Os dados informativos que devem instruir o processo de vitaliciamento estão enumerados nos artigos 3º e 5º da RA nº 217/2013.

Foram instaurados os seguintes processos de vitaliciamento no ano de 2013: 249/2013, 250/2013, 252/2013, 253/2013, 254/2013, 255/2013, 256/2013, 257/2013, 258/2013, 259/2013, 475/2013 e 6277/2013.

No exercício de 2013, foi definitivamente vitaliciado no cargo de juiz do trabalho substituto do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região o Excelentíssimo Senhor LUCAS SILVA DE CASTRO, tudo conforme PA nº 249/2013.

2.5. Processos de remoção e promoção dos juízes de primeiro grau:

A Corregedoria é responsável pela prestação de informações nos processos de remoção e promoção dos juízes de primeiro grau, no que se refere à avaliação de desempenho, em conformidade com o que preceitua o art. 12 da Resolução CNJ nº 106/2010. Os dados são extraídos dos boletins estatísticos das Varas em que estiveram em exercício, bem como do Sistema de Acompanhamento de Processos Trabalhistas - SAPT1 e sistema e-Gestão.

Em 2013, foram prestadas informações em **04 (quatro)** processos de permuta e **01 (um)** processo de promoção:

Nº PA	JUIZ(A) PERMUTADO(A)	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA PERMUTA	PORTARIA GP
3321/2013	Marcelo Marques	Permutado para o TRT da 3ª Região	910/2013
4475/2013	Ricardo Machado Lourenço Filho	Permutado para o TRT da 10ª Região	1120/2013
6013/2013	Albeniz Martins e Silva Segundo	Permutado para o TRT da 8ª Região	1564-A/2013
4354/2013	Christina de Almeida Pedreira	Permutada para o TRT da 18ª Região	1136/2013

Nº PA	JUIZ PROMOVIDO	ÓRGÃO	ATO GP
678/2013	Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos	Promovido para titularizar a VT de Açailândia	907/2013

2.6. Distribuição dos Juízes do Trabalho Substitutos para substituição e auxílio nas Varas do Trabalho que integram o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região:

Por meio da Portaria GP n° 17/2012, a Presidência deste Regional decidiu compartilhar competência com o Vice-Presidente para designar Juizes do Trabalho Substitutos para auxílio e substituição nas Varas do Trabalho da 16ª Região, conforme o disposto no Ato Regulamentar n° 5/2010. O compartilhamento, segundo a mesma Portaria, se dá através do envio, pela Corregedoria, de indicação prévia à Presidência, onde são efetivamente efetuadas as referidas designações.

Durante o ano de 2013, as designações foram efetuadas de acordo com o quadro a seguir:

JUIZ	PORTARIA	VARA	PERÍODO	FIM
Marcelo Marques	024/2013	Barreirinhas	21 a 26/01/2013	Titularizar
Francisco José Monteiro Junior	1373/2012	Balsas	7/01 a 5/02 e 18/2 a 22/2/2013	Auxiliar
Carolina Burlamaqui Carvalho	009/2013	S. João dos Patos	14/1 a 12/2/2013	Auxiliar
Vinicius Hespagnol Portella	1376/2012	Açailândia	7/1 a 8/2	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	1375/2012	Pedreiras	7/1 a 5/2 e 18/2 a 19/3/2013	Titularizar
Alisson Almeida de Lucena	029/2013	Pres. Dutra	21 a 25/1/2013	Titularizar
Gabrielle Amado Boumann	057/2013	Barreirinhas	6 a 8/2/2013	Titularizar
Liliane de Lima Silva	101/2013	Barreirinhas	25/2 a 1º/3/2013	Titularizar
Francisco José Monteiro Junior	070/2013	Balsas	18 a 22/2/2013	Titularizar
Mário Lúcio Batgniani	136/2013	1ª e 2ª VT's de IMP	25/2 a 1º/3/2013	Auxiliar
Vinicius Hespagnol Portella	096/2013	Açailândia	18 a 22/2/2013	Titularizar
Carlos Eduardo E. Batista dos Santos	100/2013	Açailândia	25/2 a 1º/3/2013	Titularizar
Joana D'arck Sanches da Silva Ribeiro	151/2013	5ª VT de SLZ	26/2 a 27/2/2013	Auxiliar
Albeniz Martins e Silva Segundo	244/2013	Pedreiras	18 a 22/2/2013	Titularizar
Marcelo Marques	78/2013	6ª VT de São Luís	6/2/2013	Titularizar
Francisco José Monteiro Junior	058/2013/	6ª VT de São Luís	7 e 8/2/2013	Auxiliar
Rafaella Messina Ramos de Oliveira	181/2013	Açailândia	4/03 a 19/3/2013	Titularizar
Rafaella Messina Ramos de Oliveira	224/2013	Açailândia	20/03 a 22/3/2013	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	244/2013	Pedreiras	4/03 a 19/3/2013	Titularizar
Ângela Cristina Carvalho Mota Luna	198/2013	Barreirinhas	11/03 a 15/3/2013	Titularizar
Marcelo Marques	211/2013	Pres. Dutra	19/03 a 22/3/2013	Auxiliar
Francisco Xavier de Andrade Filho	174/2013	3ª VT SLZ	01/03/2013	Auxiliar
Vinicius Hespagnol Portella	182/2013	Balsas	04/03 a 19/3/2013	Titularizar
Christina de Almeida Pedreira	253/2013	Açailândia	01/04 a 05/04/2013	Titularizar
Christina de Almeida Pedreira	253/2013	Açailândia	08/04 a 12/04/2013	Titularizar
Vinicius Hespagnol Portella	254/2013	Açailândia	15/04 a 19/04/2013	Titularizar
Sergei Becker	372/2013	Açailândia	22/04 a 26/04/2013	Titularizar
Sergei Becker	372/2013	Açailândia	29/04 e 30/04/2013	Titularizar
Marcelo Marques	262/2013	Barreirinhas	01/04 a 05/04/2013	Titularizar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	367/2013	Barreirinhas	15/04 a 19/04/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	263/2013	Pres. Dutra	01/04 a 11/04/2013	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	303/2013	Pedreiras	09/04 a 12/04/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	399/2013	Pinheiro	23/04/2013	Titularizar
Vinicius Hespagnol Portella	352/2013	Balsas	22/04 a 26/04/2013	Auxiliar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	258/2013	São João dos Patos	01/04 a 12/04/2013	Titularizar
Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos	275/2013	4ª VT SLZ	02/04 e 03/04/2013	Auxiliar
Carlos Gustavo Brito Castro	275/2013	4ª VT SLZ	05/04/2013	Auxiliar
Alisson Almeida de Lucena	283/2013	7ª VT SLZ	03/04 a 30/04/2013	Auxiliar
Sergei Becker	434/2013	Açailândia	06/05 a 10/05/2013	Titularizar
Mário Lúcio Batgniani	444/2013	Açailândia	13/05 a 17/05/2013	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	486/2013	Açailândia	20/05 a 24/05/2013	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	486/2013	Açailândia	27/05 a 29/05/2013	Titularizar
Patrick Arruda Leon Serva	442/2013	Barreirinhas	13/05 a 17/05/2013	Titularizar
Marcelo Marques	430/2012	Pres. Dutra	08/05 e 09/05/2013	Auxiliar
Angelina Moreira de Sousa Costa	454/2013	Barra do Corda	20/05 a 24/05/2013	Auxiliar
Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos	463/2013	Barra do Corda	27/05 a 29/05/2013	Auxiliar

Vinicius Hespanhol Portella	458/2013	Balsas	20/05 a 24/05/2013	Auxiliar
Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos	446/2013	S. J dos Patos	13/05 a 24/05/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	437/2013	7ª VT SLZ	06/05 a 29/05/2013	Auxiliar
Mário Lúcio Batgniani	554/2013	Açailândia	03/06 a 07/06/2013	Titularizar
Gabrielle Amado Boumann	542/2013	Açailândia	10/06 a 28/06/2013	Titularizar
Patrick Arruda Leon Serva	530/2013	Barreirinhas	03/06 a 07/06/2013	Titularizar
Patrick Arruda Leon Serva	530/2013	Barreirinhas	17/06 a 21/06/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	529/2013	Pres. Dutra	03/06 a 28/06/2013	Auxiliar
Vinicius Hespanhol Portella	495/2013	Balsas	24/06 a 28/06/2013	Auxiliar
Carlos Gustavo Brito Castro	550/2013	São João dos Patos	03/06 a 07/06/2013	Auxiliar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	573/2013	4VT SLZ	11/06 e 13/06/2013	Auxiliar
Francisco Xavier de Andrade Filho	681/2013	3ª VT SLZ	28/06/2013	Auxiliar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	589/2013	NAEX	10/06 a 14/06/2013	Titularizar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	679/2013	NAEX	25/06 a 28/06/2013	Titularizar
Marcelo Marques	647/2013	Bacabal	24/06 a 28/06/2013	Titularizar
Rafaella Messina Ramos de Oliveira	678/2013	2ª VT IMP	24/06 a 27/06/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	682/2013	Açailândia	01/7 a 19/07/2013	Titularizar
Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos	794/2013	Açailândia	22/07 a 31/07/2013	Titularizar
Patrick Arruda Leon Serva	688/2013	Barreirinhas	1/07 a 05/07/2013	Titularizar
Patrick Arruda Leon Serva	688/2013	Barreirinhas	8/07 a 12/07/2013	Titularizar
Mário Lúcio Batgniani	685/2013	Barra do Corda	15/07 a 19/07/2013	Auxiliar
Carolina Burlamaqui Carvalho	683/2013	Timon	8/07 a 26/07/2013	Auxiliar
Sergei Becker	687/2013	Balsas	22/07 a 26/07/2013	Auxiliar
Sergei Becker		Balsas	29/07 a 31/07/2013	
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	774/2013	7ª VT SLZ	17/07 e 18/07/2013	Auxiliar
Gabrielle Amado Boumann	776/2013	7ª VT SLZ	22/07 a 26/07/2013	Auxiliar
Francisco Xavier de Andrade Filho	838/2013	7ª VT SLZ	31/07 e 01/08/2013	Auxiliar
Alisson Almeida de Lucena	689/2013	Presidente Dutra	2/07/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	795/2013	Presidente Dutra	23/07 e 24/07/2013	Auxiliar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	864/2013	Açailândia	5/08 a 9/08/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	822/2013	Barreirinhas	29/07 a 01/08/2013	Titularizar
Fernando Luiz Duarte Barboza	896/2013	Barreirinhas	12/08 a 16/08/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	979/2013	Barreirinhas	26/08 a 30/08/2013	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	863/2013	Presidente Dutra	5/08 a 9/08	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	865/2013	Presidente Dutra	16/08 a 16/08/2013	Titularizar
Lucas Silva de Castro		Presidente Dutra	26/08 a 28/08/2013	Titularizar
Sergei Becker	873/2013	Balsas	5/08 a 9/08/2013	Titularizar
Sergei Becker	976/2013	Balsas	26/08 a 30/08/2013	Auxiliar
Francisco Xavier de Andrade Filho	838/2013	7ª VT SLZ	01/08/2013	Auxiliar
Lucas Silva de Castro		5ª VT SLZ	13/08/2013	
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro		2ª VT SLZ	13/08/2013	
Lucas Silva de Castro	929/2013	BACABAL	14/08 a 16/08/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	977/2013	BACABAL	26/08 a 30/08/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	866/2013	São João dos Patos	5/08 a 9/08/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	866/2013	São João dos Patos	12/08 a 16/08/2013	Auxiliar
Fábio Ribeiro Sousa	862/2013	São João dos Patos	19/08 a 23/08/2013	Auxiliar
Fábio Ribeiro Sousa	862/2013	São João dos Patos	26/08 a 30/08/2013	Auxiliar
Carolina Burlamaqui Carvalho	1048/2013	Açailândia	16/09 a 27/09/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	1045/2013	Barreirinhas	9 a 13/09/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	1045/2013	Barreirinhas	16/09 a 18/09/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	1045/2013	Barreirinhas	23/09 a 27/09/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	1088/2013	Presidente Dutra	23/09 a 27/09/2013	Auxiliar
Vinicius Hespanhol Portella	1063/2013	Balsas	23/09 a 27/09/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	1020/2013	7ª VT SLZ	2/09 a 6/09/2013	Auxiliar
Carlos Gustavo Brito Castro	1080/2013	7ª VT SLZ	9/09 a 30/09/2013	Auxiliar
Angelina Moreira de Sousa Costa	1184/2013	7ª VT SLZ	25/09/013	Titularizar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	1184/2013	7ª VT SLZ	26/09 e 27/09/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	1052/2013	2ª VT IMP	9/09 a 13/09/2013	Auxiliar

Sergei Becker	1129/2013	2ª VT IMP	16/09 a 20/09/2013	Auxiliar
Sergei Becker	1129/2013	2ª VT IMP	23/09 a 27/09/2013	Auxiliar
Sergei Becker		2ª VT IMP	30/09/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	1066/2013	Pinheiro	16/09 a 20/09/2013	Titularizar
Gabrielle Amado Boumann	1086/2013	4ª VT SLZ	9/09 a 13/9/2013	Titularizar
Alisson Almeida de Lucena	1087/2013	4ª VT SLZ	10/09/2013	Titularizar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	1112/2013	4ª VT SLZ	11/09/2013	Titularizar
Elzenir Luande Franco	1112/2013	4ª VT SLZ	12/09/2013	Titularizar
Gabrielle Amado Boumann	1134/2013	5ª VT SLZ	18/09/2013	Titularizar
Elzenir Luande Franco	1134/2013	5ª VT SLZ	19/09/2013	Titularizar
Carlos Gustavo Brito Castro	1134/2013	5ª VT SLZ	20/09/2013	Titularizar
Gabrielle Amado Boumann	1147/2013	Caxias	23/09 a 27/09/2013	Titularizar
Maurflilio Ricardo Neves	1140/2013	São João dos Patos	23/09 a 27/09/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira		7ª VT SLZ	30/09/2013	Titularizar
Francisco Xavier de Andrade Filho	1287/2013	Açailândia	29/10 a 30/10/2013	Titularizar
Alisson Almeida de Lucena	1220/2013	6ª VT SLZ	01/10 e 03/10/2013	Auxiliar
Francisco Xavier de Andrade Filho	1321/2013	6ª VT SLZ	16/10/2013	Auxiliar
Roberta Melo Carvalho	1321/2013	6ª VT SLZ	17/10/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	1253/2013	Barreirinhas	07/10 a 11/10/2013	Titularizar
Mário Lucio Batgniani	1317/2013	Barreirinhas	21/10 a 25/10/2013	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	1185/2013	Balsas	30/09 a 04/10/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	1246/2013	Balsas	07/10 a 18/10/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	1271/2013	Balsas	21/10 a 25/10/2013	Titularizar
Maurflilio Ricardo Neves		5ª VT SLZ	7/10/2013	Auxiliar
Gabrielle Amado Boumann	1272/2013	Pedreiras	08/10 a 10/10/2013	Titularizar
Angelina Moreira de Sousa Costa	1241/2013	São João dos Patos	07/10 a 11/10/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	1347/2013	7ª VT SLZ	30/09 a 1/10/2013	Titularizar
Alisson Almeida de Lucena	1305/2013	7ª VT SLZ	17/10 e 18/10/2013	Auxiliar
Roberta Melo Carvalho	1326/2013	7ª VT SLZ	22/10 e 24/10/2013	Auxiliar
Alisson Almeida de Lucena	1344/2013	1ª VT SLZ	24/10/2013	Auxiliar
Patrick Arruda Leon Serva	1380/2013	Barreirinhas	04/11 a 08/11/2013	Titularizar
Paulo Fernando da Silva Santos Junior	1513/2013	Barreirinhas	25/11 a 29/11/2013	Titularizar
Roberta Melo Carvalho	1470/2013	Seção de Execução	11/11 a 22/11/2013	Titularizar
Alisson Almeida de Lucena	1454/2013	3ª VT SLZ	11/11 a 22/11/2013	Auxiliar
Carlos Gustavo Brito Castro		3ª VT SLZ	25/11 a 29/11/2013	Auxiliar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	1456/2013	4ª VT SLZ	11/11 a 14/11/2013	Auxiliar
Roberta Melo Carvalho	1457/2013	4ª VT SLZ	18/11 a 22/11/2013	Auxiliar
Alisson Almeida de Lucena	1510/2013	4ª VT SLZ	25/11/2013	Auxiliar
Elzenir Luande Franco	1379/2013	7ª VT SLZ	04/11 a 19/11/2013	Auxiliar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	1499/2013	7ª VT SLZ	22/11/2013	Auxiliar
Roberta Melo Carvalho		7ª VT SLZ	25/11 a 29/11/2013	Auxiliar
Paulo Fernando da Silva Santos Junor	1.463/2013	São João dos Patos	18/11 a 22/11/2013	Titularizar
Mário Lucio Batgniani	1507/2013	Bacabal	18/11 a 29/11/2013	Titularizar
Alisson Almeida de Lucena		Barreirinhas	02/12 a 6/12/2013	
Angelina Moreira de Sousa Costa		Barreirinhas	09/12 a 13/12/2013	
Paulo Fernando da Silva Santos Junior	096/2014	Balsas	09/12 a 13/12/2013	Auxiliar
Roberta Melo Carvalho		4ª VT SLZ	11/12/2013	
Roberta Melo Carvalho		NAEX	02/12 a 06/12/2013	Titularizar
Cláudio Víctor de Castro Freitas		7ª VT SLZ	02/12 a 06/12/2013	
Cláudio Víctor de Castro Freitas		7ª VT SLZ	09/12 a 13/12/2013	
Cláudio Víctor de Castro Freitas		7ª VT SLZ	16/12 a 19/12/2013	
Fábio Ribeiro Sousa		Pinheiro	02/12 a 06/12/2013	

2.7. Inspeção Judicial:

O art. 197 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. Tribunal preceitua que os Juízes Titulares das Varas devem realizar, obrigatoriamente, uma vez por ano, inspeção judicial na Vara do Trabalho sob a sua responsabilidade, podendo, ainda, em situações excepcionais, realizar inspeções judiciais extraordinárias.

No dia 31 de outubro de 2012, em sessão plenária, o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região editou a Resolução nº 210/2012, que determinou a concentração das datas para realização de inspeção judicial por todas as Varas da jurisdição, ficando estabelecido, em seu art. 2º, o período de 7 a 11 de janeiro de 2013 para a realização de Inspeção Judicial e regularidade dos serviços das Secretarias do Pleno e Turmas, bem como das Varas do Trabalho.

Registra-se que todas as Varas da Região encaminharam as Atas de Inspeção Judicial a esta Corregedoria, conforme estabelecido no art. 206 do Provimento Geral Consolidado.

2.8. Itinerância:

A atividade itinerante, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, é disciplinada pela Resolução Administrativa nº 69/2003. O Provimento Geral Consolidado trata da matéria no Título IX.

No exercício de 2013, as seguintes Varas do Trabalho se deslocaram em caráter itinerante: Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Caxias, Chapadinha, Pedreiras, Presidente Dutra, São João dos Patos, Santa Inês e 1ª Vara do Trabalho de Imperatriz. Foram visitados **20** (vinte) municípios nessa atividade, quando foram realizadas **4.649** (quatro mil seiscentos e quarenta e nove) audiências, restando arquivados **382** (trezentos e oitenta e dois) processos, **481** (quatrocentos e oitenta e um) conciliados e **1.521** (mil quinhentos e vinte um) sentenciados. Dos trabalhos itinerantes resultou, ainda, o pagamento imediato aos reclamantes da importância de R\$ 179.273,44 (cento e setenta e nove mil duzentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) e previsão de pagamento futuro de R\$ 3.048.067,30 (três milhões quarenta e oito mil sessenta e sete reais e trinta centavos).

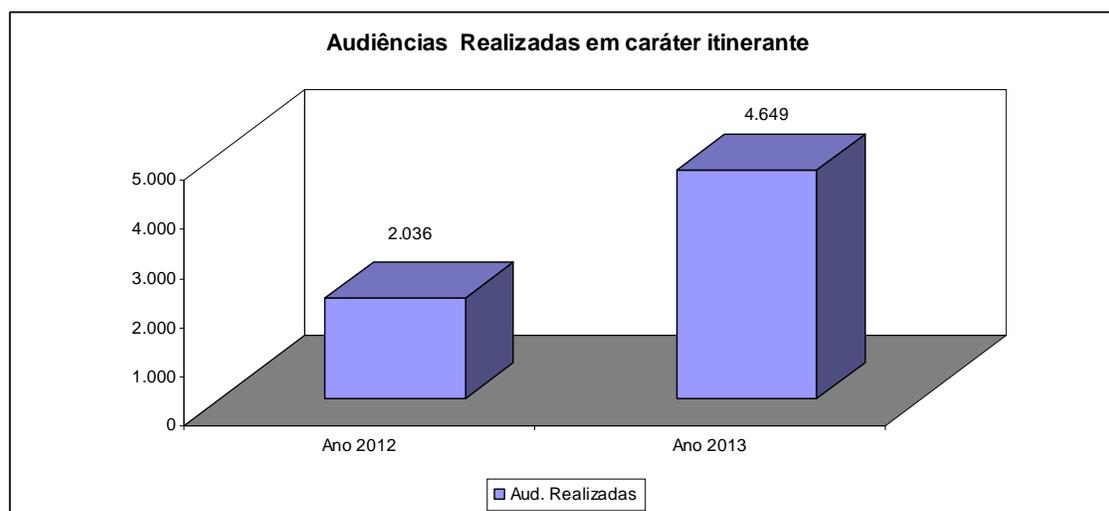


Gráfico 08

- **Indicador de Desempenho - Itinerâncias:**

Um dos indicadores estratégicos do Tribunal acompanhados pela Corregedoria diz respeito às itinerâncias e consiste em *“aumentar em 2% ao ano o índice de audiências itinerantes”*.

Em 2009, o TRT 16ª Região realizou **3.374** (três mil, trezentas e setenta e quatro) audiências itinerantes.

Tomando como referência o ano de 2009, temos o seguinte quadro demonstrativo do quantitativo de audiências itinerantes a serem realizadas até o final do período estabelecido no planejamento estratégico do Tribunal (2010-2014), para alcançar o resultado pretendido:

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou superior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	3.441	4.952

2011	3.510	737
2012	3.580	2036
2013	3.652	4.649
2014	3.725	---

Em 2013, o Tribunal **ULTRAPASSOU** o cumprimento da meta.

2.9. Correições Ordinárias:

Em 2013, o Corregedor Regional, realizou correições ordinárias em todas as **23 (vinte e três) Varas do Trabalho da 16ª Região, no Juízo Auxiliar de Execução, no Fórum Astolfo Serra (Diretoria, Distribuição dos Feitos, Central de Mandados, Serviço de Cálculos e Setor de Portaria e Vigilância) e no Fórum Manuel Alfredo Martins e Rocha**, discriminadas no quadro a seguir, por ordem cronológica da data de realização:

Nº	UNIDADE	PERÍODO
1.	Diretoria do Fórum Astolfo Serra e Juízo Auxiliar de Execução	28 a 31/01/2013
2.	5ª e 6ª Varas do Trabalho de São Luís	25/02 a 1º/3/2013
3.	3ª e 4ª Varas do Trabalho de São Luís	8 a 12/4/2013
4.	Vara do Trabalho de Pinheiro	6 a 10/5/2013
5.	Vara do Trabalho de Barreirinhas	20 a 24/5/2013
6.	Vara do Trabalho de Timon	27 a 29/5/2013
7.	Vara do Trabalho de Chapadinha	3 a 7/6/2013
8.	1ª e 2ª Varas do Trabalho de São Luís	17 a 21/6/2013
9.	7ª Vara do Trabalho de São Luís	8 a 12/7/2013
10.	Varas do Trabalho de Estreito e Açailândia	15 a 19/7/2013
11.	1ª e 2ª Varas do Trabalho de Imperatriz e Fórum Manoel Alfredo	22 a 26/7/2013
12.	Vara do Trabalho de Barra do Corda	5 a 9/8/2013
13.	Vara do Trabalho de Presidente Dutra	19 a 23/8/2013
14.	Vara do Trabalho de Balsas	2 a 6/9/2013
15.	Vara do Trabalho de Santa Inês	9 a 13/9/2013
16.	Vara do Trabalho de São João dos Patos	21 a 25/10/2013
17.	Vara do Trabalho de Caxias	9 a 11/12/2013
18.	Vara do Trabalho de Bacabal	9 a 13/12/2013

Objetivando a uniformidade dos procedimentos, para análise quantitativa e qualitativa da atividade judiciária desenvolvida pela Vara a ser correccionada, foi adotada a seguinte metodologia, em atendimento às determinações do Exmo. Desembargador Corregedor:

a) a análise quantitativa de todos os processos em tramitação na Vara no ano anterior ao da realização da correição, feita através dos dados informados no Boletim Estatístico e daqueles em tramitação no ano em curso, bem como por meio de relatórios gerenciais extraídos do SAPT1;

b) o exame, por amostragem, dos processos em trâmite na Vara correccionada, com especial atenção àqueles objeto de denúncia ou pedidos de providências junto à Corregedoria e/ou Ouvidoria, os quais foram solicitados previamente à Unidade ou no ato da correição;

Seguindo essa metodologia, em 2012 foram analisados pela equipe correccional **1.714** (mil setecentos e catorze) processos, dos quais **1.044** (mil e quarenta e quatro) receberam despachos correccionais, o correspondente a **60,91%** dos processos analisados.

Classes	Varas do Trabalho	Processos Analisados	Processos despachados
I	VT de Barreirinhas	94	38
II	VT de S. João dos Patos	56	28
	VT de Pedreiras	57	38
	VT Balsas	53	46
	VT de Timon	86	30
	VT de Caxias	68	45
	VT Açailândia	66	62
IV	VT de Bacabal	77	57
	VT de Estreito	90	25
	VT de Chapadinha	113	53
V	1ª VT de São Luís	85	45
	2ª VT de São Luís	49	43
	3ª VT de São Luís	58	51
	4ª VT de São Luís	74	65
	5ª VT de São Luís	82	67
	6ª VT de São Luís	105	76
	7ª VT de São Luis	52	31
	VT de Santa Inês	89	28
	VT de Barra do Corda	75	28
	VT de Pres. Dutra	92	26
	VI	1ª VT de Imperatriz	50
2ª VT de Imperatriz		59	46
VT de Pinheiro		84	70
TOTAL		1714	1044

2.10 Grupo de Apoio Móvel - GAM

O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor, considerando o grande volume de demandas trabalhistas nos últimos anos; o déficit de pessoal; a necessidade de agilizar a entrega da prestação jurisdicional e de alternativas para viabilizar os serviços pelas Varas do Trabalho, bem assim as diretrizes do Planejamento Estratégico deste Tribunal, consubstanciadas nos temas Eficiência Operacional e Acesso à Justiça e Efetividade, houve por bem alterar disposições do Provimento Geral Consolidado, criando e regulamentando, no âmbito das Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, as atividades exercidas pelo Grupo de Apoio Móvel - GAM, junto àquelas unidades judiciárias, o que fez mediante a edição do Provimento nº 001, de 15 de agosto de 2012.

Segundo previsão do referido provimento, é finalidade da atuação do Grupo de Apoio Móvel - GAM o restabelecimento do andamento normal das atividades das Secretarias das Varas do Trabalho e será composto por equipe formada por quatro servidores lotados no Gabinete do Desembargador Vice-Presidente e Corregedor, sendo facultada a cessão de servidores lotados em outros setores do Tribunal.

Os trabalhos realizados pelo GAM, cuja interferência na Vara do Trabalho se dará por iniciativa do seu Juiz Titular ou por quem suas vezes fizer, deverão ser coordenados pelo Secretário da Corregedoria, que manterá contato com Juizes e Diretores das Secretarias das Varas do Trabalho, controlará a jornada de trabalho dos seus integrantes e a produção diária da equipe e servidores lotados na Unidade, elaborando, ao final, relatório das atividades desenvolvidas.

Uma vez deferido o pedido pelo Desembargador Corregedor, a permanência do GAM na unidade será por até um mês, objetivando atualizar as pendências, podendo dito prazo ser prorrogado por igual período uma única vez, sendo que a Vara somente poderá voltar a receber a mesma ajuda após decorrido um ano da conclusão do período de atendimento extra.

Ressalta dito Provimento nº 001/2012 que o trabalho a ser realizado pelo GAM não inclui as atividades de atendimento a partes e advogados, de secretário de audiências e de arquivo, cabendo à Diretoria de Informática habilitar e prover os meios necessários para a utilização do sistema de acompanhamento processual pelos integrantes do Grupo, em cada uma das unidades judiciárias.

Uma vez encerrados os trabalhos na unidade solicitante, a Coordenação elaborará relatório circunstanciado, no prazo de 10 (dez) dias, a respeito das atividades desempenhadas na Vara do Trabalho e o submeterá ao Desembargador Vice-Presidente e Corregedor Regional, para exame e adoção das medidas que considerar necessárias.

Durante o ano de 2013, o GRUPO DE APOIO MÓVEL (GAM) atendeu as seguintes unidades:

- **2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS** - Os trabalhos foram realizados no período de 18/02/2013 a 19/04/2013, haja vista o pedido de prorrogação do Grupo de Apoio Móvel por um mês além do anteriormente deferido (Ofício nº 028/2013-724). A equipe, composta por Camila Muniz Pinto, Lucyanara Valente Nunes Raposo, Luiz Sadoque de Lima Matos e Patrícia Vasconcelos de Almeida, ficou dividida em dois segmentos: dois servidores responsáveis pela confecção de minutas de despachos e outros dois responsáveis pelo cumprimento dos atos processuais determinados. Sob a orientação do Secretário da Corregedoria, Antonio Manoel Costa Silva, e do magistrado Fernando Luiz Duarte Barboza, Juiz no exercício da titularidade da unidade, as atividades da equipe consistiram em confeccionar minutas de despachos dos processos em trâmite, cumprindo, ato contínuo, os atos processuais determinados nas decisões judiciais, concentrando-se os trabalhos na identificação dos processos aptos à decretação de prescrição intercorrente, reunião de execuções contra o mesmo devedor e encerramento de execuções fiscais de ínfimo valor. Embora não haja sido possível discriminar o quantitativo de processos extintos por decreto da prescrição intercorrente, de execuções fiscais de ínfimo valor encerradas ou processos extintos por reunião de feitos contra o mesmo devedor, pode-se extrair de relatórios do Sistema SAPT1 que, no período de 18/02 a 19/04/2013, a unidade (servidores lotados na Vara do Trabalho e servidores do GAM) proferiu 2.455 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) despachos e 401 (quatrocentos e um) processos foram arquivados. No mesmo período, expediu 276 (duzentos e setenta e seis) ofícios, 313 (trezentos e treze) mandados, 447 (quatrocentos e quarenta e sete) alvarás e 1.776 (um mil, setecentas e setenta e seis) notificações. Registra-se, também, que foi determinada, pelos servidores do GAM, a reunião de execuções contra 22 (vinte e duas) empresas, totalizando um montante de 176 (cento e setenta e seis) feitos a serem reunidos em apenas 22 (vinte e dois) processos, valendo ser ressaltado que a reunião determinada naqueles feitos ainda não repercutiu diretamente nos dados estatísticos da Vara, vez que inúmeras reclamações ainda não foram arquivadas por aguardarem prazo para manifestação dos litigantes. No dia 17/04/2013, em breve reunião de encerramento dos trabalhos, o Juiz Francisco Xavier de Andrade Filho agradeceu a prontidão da Corregedoria Regional em oferecer às unidades de primeiro grau essa força de trabalho desenvolvida pelo Grupo de Apoio Móvel, cuja atuação classificou como muito importante para a melhoria e desenvolvimento dos trabalhos na unidade de que faz parte, pensamento ratificado pelo servidor Paulo Sérgio Vale de Andrade, que acrescentou que, com a iniciativa as Varas só têm a ganhar.

- **VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO** - Os trabalhos foram desenvolvidos na Unidade requisitante, inicialmente, no período de 3 a 21 de junho de 2013. Nesse intervalo, restou constatado o seguinte: entre os dias 3 e 5/6, foram expedidos 688 (seiscentos e oitenta e oito) mandados judiciais, não sem antes restarem atualizados os créditos em 259 (duzentos e cinquenta) processos correspondentes; nos dias 6, 7, 10 e 11 do mesmo mês, a equipe procedeu à localização dos autos e a juntada neles de 401 (quatrocentas e uma) petições intermediárias do grande volume que apresenta essa pendência, fazendo, na mesma oportunidade, triagem para reunião dos processos que tratavam da mesma matéria, visando, assim, à facilitação da elaboração da minuta de despachos, o

que foi feito entre os dias 12 e 14; ainda no dia 12, feito o controle dos processos com prazo vencido para cumprimento de acordos; também entre os dias 13 e 14, sob a orientação do Secretário da Corregedoria e com ele, separaram, em lotes, os processos pendentes de notificação, a fim de facilitar a execução do trabalho, observadas as seguintes determinações: para contraminutar Agravo de Instrumento; apresentar contrarrazões a Recurso Ordinário; impugnar Embargos à Execução; perito apresentar laudo pericial; partes para manifestação sobre laudo pericial apresentado; reclamante apresentar CTPS para anotação; reclamado anotar CTPS; reclamado efetuar o pagamento do valor exequendo em 15 dias; partes para ciência da decisão de mérito (em relação a esse tema, havia sentenças datadas de agosto de 2012 - RT's 1137/2011 e 1137/2011); reclamado comprovar recolhimento de custas processuais e encargos previdenciários, entre outros; ainda nesses dias, triagem foi feita nos processos que aguardavam decurso de prazo geral, havendo sido conferidas as prateleiras do dia 1º ao dia 14; sem prejuízo de todas essas providências, as minutas de despachos elaboradas, no período de 3 a 19 de junho, somam 468 (quatrocentas e sessenta e oito), além de 360 (trezentos e sessenta) atos ordinatórios; durante a última semana, permaneceram os serviços de elaboração de minutas de despachos dos processos retirados do prazo e expedição de notificações. A Presidência Regional, por solicitação da Corregedoria, determinou a permanência da equipe por mais uma semana, no período compreendido entre os dias 24 a 28/6/2013, quando foi dada continuidade à rotina de trabalho dantes relatada.

- 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - Os trabalhos foram realizados no período de 9/9/2013 a 8/10/2013. Para cumprimento da ordem e realização dos trabalhos, foram designados os servidores Camila Muniz Pinto, Patrícia Vasconcelos Almeida, Luiz Sadoque de Lima Matos e Francisco Antonio Cerqueira Amaral. Durante o período de auxílio, foram devidamente distribuídos todos os 891 (oitocentos e noventa e um) processos que pendiam dessa providência, dando-lhes o imediato impulso oficial com o cumprimento da ordem contida no despacho judicial (expedição de notificação, ofícios, mandados, atualização de cálculos etc.). Dentre anotações de movimentos relativos a arrecadação de previdência - execução (6), arrecadação de previdência - acordo (7), execução trabalhista iniciada (38), rotina (diversos - 185), liquidação iniciada (7), determinado o bloqueio de penhora on line (206), conta atualizada (423), realizado cálculo de liquidação (33), e outros, a servidora Camila Muniz Pinto, durante esse mesmo período, procedeu a 1.069 (um mil e sessenta e nove) registros no Sistema SAPT1. De igual modo, a servidora Patrícia Vasconcelos de Almeida procedeu a 2.150 (dois mil, cento e cinquenta) registros, dentre os quais 72 (setenta e dois) arquivamentos definitivos, 28 (vinte e oito) de previdência arrecadada - execução, 13 (treze) de previdência arrecadada - acordo, 75 (setenta e cinco) de execução trabalhista iniciada, 13 (treze) de extinta a execução exclusivamente previdenciária, 14 (quatorze) de execução exclusivamente previdenciária iniciada, 995 (novecentos e noventa e cinco) de rotinas as mais diversas, 89 (oitenta e nove) de liquidação iniciada, 72 (setenta e dois) de liquidação homologada e outros. De sua vez, o servidor Luiz Sadoque de Lima Matos efetuou o registro de 147 (cento e quarenta e sete) movimentações, ressaltando-se que a sua força de trabalho ficou concentrada na elaboração de minutas de despachos, cujos resultados não foram possíveis de anotação, porque vinculados aos juízes lotados na unidade. Por fim, o servidor Francisco Antonio Cerqueira Amaral deixou anotados 343 (trezentos e quarenta e três) registros de movimentos processuais no SAPT1, a maioria relativa à expedição de documentos. De resto, averbe-se que, juntamente com os estagiários, uma infinidade de AR's foram classificados por ano e ordenados pela numeração crescente dos processos, facilitando, desse modo, a juntada aos respectivos autos

2.11 Projeto Conciliar:

O TRT 16ª Região aderiu ao Movimento pela Conciliação desde o ano de 2006. A partir de então, atendendo à Recomendação nº 08 do CNJ, de 28 de fevereiro de 2007, deu continuidade ao Movimento, no âmbito deste Regional, elaborando o Projeto Conciliar.

O Projeto tem como principal finalidade incentivar a cultura da conciliação visando dar maior efetividade à prestação jurisdicional com a redução do tempo de tramitação processual nas Varas e no Tribunal.

2.12 Semana Nacional de Execução: 11 a 15 de junho de 2012.

A Semana Nacional de Execução foi realizada no período de 26 a 30 de agosto de 2013. Na ocasião, foram realizadas 1.148 (um mil, cento e quarenta e oito) audiências, sendo 1.138 (um mil, cento e trinta e oito) em 1º grau e 10 (dez) em 2º grau, com a homologação de 577 (quinhentos e setenta e sete) acordos: 574 (quinhentos e setenta e quatro) em 1º grau e 03 (três) em 2º grau. A soma total dos valores homologados importou em R\$ 6.202.140,78 (seis milhões, duzentos e dois mil, cento e quarenta reais e setenta e oito centavos).

O gráfico abaixo demonstra o total de acordos realizados na Semana Nacional de Execução:

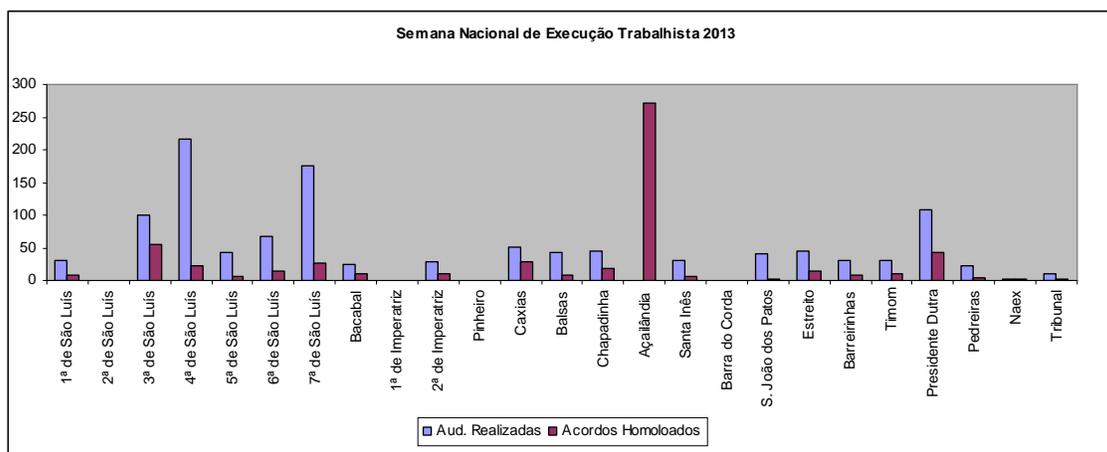


Gráfico 09

Constata-se que a VT de Açailândia, seguida 3ª Vara de São Luís e VT de Presidente Dutra foram as unidades de 1ª grau que homologaram o maior número de acordos.

Registra-se que, além das atividades conciliatórias, durante a Semana foram apregoados 27 (vinte e sete) bens, arrecadando-se a importância de R\$524.058,25 (quinhentos e vinte e quatro mil cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

2.13 Outras atividades:

a) Atualização do link da Corregedoria no sítio do TRT 16ª Região, com a publicação do calendário das correições ordinárias a serem realizadas, dos editais respectivos, das atas de correição, dos relatórios, de ofícios circulares etc.;

b) Cadastramento de novos usuários no Sistema Bacen Jud e atualização de senhas dos usuários já cadastrados;

c) Cadastramento de novos usuários e atualização de senhas do Sistema RENAJUD;

d) Cadastramento de usuários no Sistema JUCEMA;

e) A Secretaria da Corregedoria alimenta, via internet, o banco de dados do Conselho Nacional de Justiça, preenchendo, mensalmente, as planilhas relativas às conciliações realizadas pelas Varas desta jurisdição e, semestralmente, as planilhas relativas às estatísticas da movimentação processual do primeiro grau de jurisdição;

f) Digitação dos dados contidos nos quadros dos Boletins Estatísticos das Varas e produtividade dos juízes, mensalmente, em planilhas do Excel, com a finalidade de publicação no site do Tribunal;

g) Coleta dos dados, a partir dos Boletins Estatísticos Mensais, do SAPT1 e do e-Gestão, para verificação do cumprimento das Metas Prioritárias do Judiciário Nacional e dos indicadores de desempenho acompanhados pela Corregedoria, com envio à Presidência do Tribunal e à Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica;

h) Análise dos dados estatísticos para orientação no redirecionamento de práticas.

VI. INDICADORES DE DESEMPENHO DA 1ª INSTÂNCIA DO TRT 16ª REGIÃO:

Desde o ano de 2009, a Corregedoria Regional utiliza os parâmetros adotados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho para a análise do desempenho das Varas jurisdicionadas, levando em consideração o quantitativo de processos recebidos no ano.

No ano de 2011, por meio da Resolução Administrativa nº 83/2011, o Conselho alterou a RA 63/2010, incluindo-lhe o § 4º no art. 6º, fazendo constar que o Tribunal poderá reavaliar a

estrutura administrativa da unidade de acordo com a movimentação processual apurada nos três anos anteriores.

Seguindo esse critério, no ano de 2013, as Varas do TRT da 16ª Região estavam classificadas da seguinte forma:

Classes	Parâmetro para Classificação - número de processos recebidos	Quantidade de Varas por classe	Varas do Trabalho	Média de processos recebidos nos anos de 2010, 2011 e 2012
I	Até 500	1	VT de Barreirinhas	376
II	501-750	4	VT de S. João dos Patos	640
			VT de Pedreiras	748
			VT Balsas	735
			VT de Timon	698
III	751-1000	0		
IV	1001 - 1500	5	VT de Caxias	1224
			VT Açailândia	1401
			VT de Bacabal	1202
			VT de Estreito	1038
			VT de Chapadinha	1427
V	1501-2000	10	1ª VT de São Luís	1744
			2ª VT de São Luís	1743
			3ª VT de São Luís	1723
			4ª VT de São Luís	1729
			5ª VT de São Luís	1736
			6ª VT de São Luís	1751
			7ª VT de São Luís	1637
			VT de Santa Inês	1674
			VT de Barra do Corda	1755
			VT de Pres. Dutra	1524
VI	2001 - 2500	3	1ª VT de Imperatriz	2238
			2ª VT de Imperatriz	2052
			VT de Pinheiro	2092
VII	Acima de 2500	0		

O quantitativo de casos novos ingressados no 1º Grau na Décima Sexta Região, no ano de 2012, aumentou em relação ao ano de 2011, quando foram registrados 31.417 (trinta e um mil, quatrocentos e dezessete) casos novos no 1º Grau. Em 2011, 29.985 (vinte e nove mil, novecentos e oitenta e cinco) novas ações ingressaram no 1º Grau.

No exercício de 2013, todas as unidades de 1º Grau da Décima Sexta Região receberam 47.530 (quarenta e sete mil quinhentas e trinta) novas ações.

Varas do Trabalho	Processos Recebidos no ano de 2013
VT de Barreirinhas	619
VT de S. João dos Patos	1.183
VT de Pedreiras	1.557
VT Balsas	880
VT de Timon	1.792
Nenhuma VT	00
VT de Caxias	1.617
VT Açailândia	1.634
VT de Bacabal	2.555
VT de Estreito	2.030
VT de Chapadinha	1.844
1ª VT de São Luís	2.090
2ª VT de São Luís	2.079
3ª VT de São Luís	2.325
4ª VT de São Luís	2.054
5ª VT de São Luís	2.036
6ª VT de São Luís	2.083
7ª VT de São Luís	2.066
VT de Santa Inês	3.832
VT de Barra do Corda	4.021
VT de Pres. Dutra	2.226
1ª VT de Imperatriz	1.795
2ª VT de Imperatriz	1.813
VT de Pinheiro	3.399
TOTAL	47.530

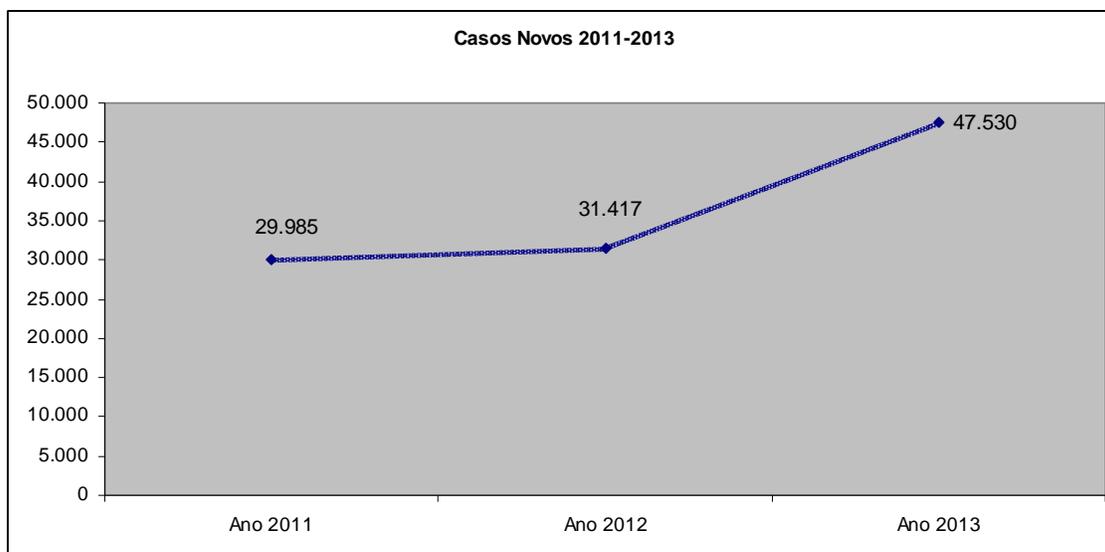


Gráfico 10

1. Fase de conhecimento:

1.1. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento:

O TRT 16ª Região, quando da elaboração dos seus indicadores estratégicos para o período de 2010 a 2014, adotou a Resolução 76/2009 para o cálculo da taxa de congestionamento das duas fases processuais, parâmetro considerado, inclusive, para o acompanhamento das Metas Nacionais do Judiciário Brasileiro, coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Desse modo, a taxa de congestionamento na fase de conhecimento do TRT 16ª Região, nos três últimos anos, ficou assim configurada:

FASE DE CONHECIMENTO	Taxa de Congestionamento (Resolução Nº 76/2009)		
	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Casos Remanescentes do ano anterior	10.530	11.144	66.367
Casos novos	29.827	31.417	47.530
Total	40.357	42.561	113.897
Baixados	32.226	32.167	36.905
Taxa de Congestionamento	20%	24%	68%

1.2. Metas do Judiciário Nacional relativas à fase de conhecimento:

1.2.1. Metas Nacionais de 2010:

- **Meta Prioritária Nº 02/2010** - consiste em "julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores), até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do júri, até 31/12/2007".

O grau de cumprimento consiste na relação entre processos julgados e processos pendentes de julgamento no universo de processos autuados até 31/12/2007. A meta será cumprida quando o grau de cumprimento for **igual a 100%**.

Ao final de 2013, constatou-se que o TRT 16ª Região ainda não cumpriu a Meta Prioritária nº 02 de 2010, restando **4** (quatro) processos pendentes de julgamento dentre aqueles autuados até 31/12/2007. Todos os processos inclusos na referida meta.

1.2.2. Meta Nacional nº 01 de 2013:

- **Meta Nacional Nº 01/2013** - consiste em "Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013."

A meta estará cumprida se o percentual de cumprimento for MAIOR que 100% (ou seja, se os julgamentos corresponderem a 100% da quantidade de distribuídos e, no mínimo, mais 1)².

Varas do Trabalho	Processos Recebidos	Processos Julgados	Grau de cumprimento da meta (relação entre julgados x recebidos) %
VT de Barreirinhas	619	537	86,59
VT de S. João dos Patos	1183	1505	127,13
VT de Pedreiras	1557	1690	108,48
VT de Timon	1792	1705	95,09
VT de Balsas	880	1146	130,11
VT de Caxias	1617	2035	125,79
VT de Bacabal	2555	2354	92,09
VT de Presidente Dutra	2226	2706	121,52
VT de Estreito	2030	2137	105,22
VT de Chapadinha	1844	1549	83,95
VT de Açailândia	1634	2233	136,60
VT de Santa Inês	3832	4070	106,18
5ª VT de São Luís	2036	1785	87,62
2ª VT de São Luís	2079	2416	116,16
3ª VT de São Luís	2325	2251	96,77
6ª VT de São Luís	2083	1781	85,45
4ª VT de São Luís	2054	2215	107,79
1ª VT de São Luís	2090	2039	97,51
VT de Barra do Corda	4021	4136	102,84
1ª VT de Imperatriz	1795	2232	124,29
VT de Pinheiro	3399	3562	104,77
7ª VT de São Luís	2066	1699	82,23
2ª VT de IMP	1813	2266	124,93
	47530	50049	105,30

Do quadro acima verifica-se que as unidades de primeiro grau da Décima Sexta Região no ano de 2013, julgaram 2.519 (dois mil quinhentos e dezenove) processos a mais do que receberam, portanto, **a meta foi cumprida**.

O gráfico abaixo apresenta o demonstrativo do cumprimento da meta pelas Varas jurisdicionadas.

² Metas Nacionais de 2011- Glossário e Esclarecimentos.

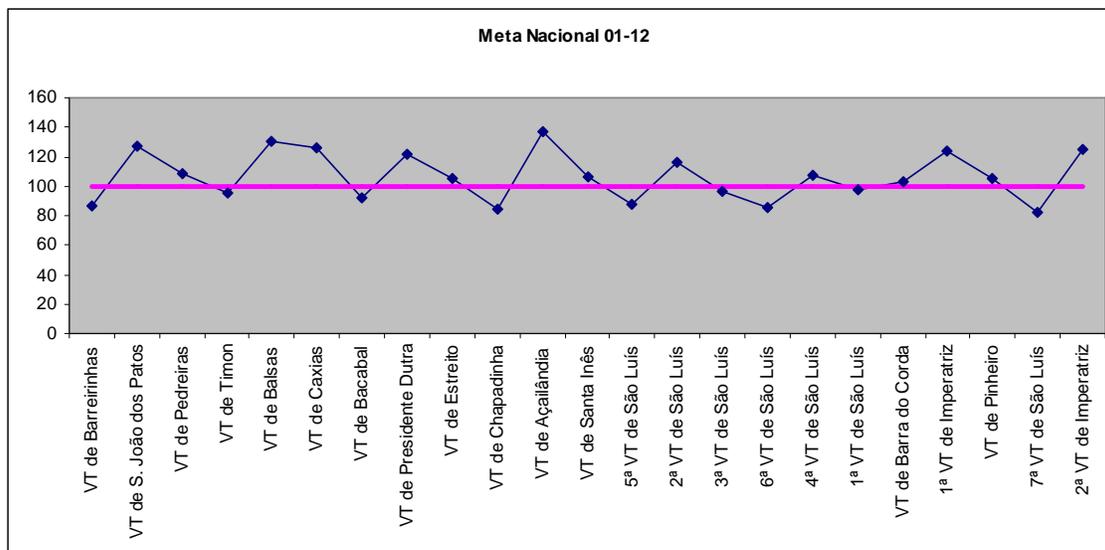


Gráfico 11

Dentre as vinte e três Varas da jurisdição, em análise, **14** (quatorze) cumpriram a meta: Varas do Trabalho de São João dos Patos, Pedreiras, Balsas, Caxias, Presidente Dutra, Estreito, Açailândia, Santa Inês, Barra do Corda, Pinheiro, 1ª e 2ª Varas de Imperatriz e 2ª e 4ª Varas de São Luís.

1.3. Indicadores de Desempenho acompanhados pela Corregedoria, relativos à fase de conhecimento:

- **Indicador - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento.**

A meta do Tribunal é “reduzir em 5% ao ano a taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau”.

Tomando como referência o ano de 2009, quando a taxa de congestionamento do TRT 16ª Região, na fase de conhecimento, correspondeu a **60%**, temos o seguinte quadro demonstrativo dos percentuais a serem alcançados até o final do período estabelecido no planejamento estratégico do Tribunal (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou inferior a)	Tx. de Congestionamento do ano
2010	55%	33%
2011	50%	20%
2012	45%	24%
2013	40%	68%
2014	35%	---

Em 2013 a taxa de congestionamento, na fase de conhecimento, aumentou consideravelmente, em relação aos 03 (três) anos precedentes. Portanto, **NÃO CUMPRIU A META**. Contudo, deve-se registrar que houve um aumento significativo de demandas após a implantação do PJe-JT em todas as unidades da Décima Sexta Região, no ano de 2013.

Quadro demonstrativo da taxa de congestionamento, na fase de conhecimento, por Vara, no ano de 2013:

Varas do Trabalho	Processos Remanescentes do ano de 2012	Casos Novos	Processos Baixados	Taxa de Congestionamento
VT de Barreirinhas	238	619	605	29%
VT de S. João dos Patos	1728	1183	937	68%
VT de Pedreiras	1637	1557	1162	64%
VT de Timon	1181	1792	1292	57%
VT de Balsas	1847	880	619	77%
VT de Caxias	3283	1617	1425	71%
VT de Bacabal	3335	2555	1428	76%
VT de Presidente Dutra	2136	2226	2092	52%
VT de Estreito	2812	2030	1194	75%
VT de Chapadinha	223	1844	1511	27%
VT de Açailândia	2685	1634	1288	70%
VT de Santa Inês	5003	3832	2214	75%
5ª VT de São Luís	2913	2036	1376	72%
2ª VT de São Luís	3005	2079	1777	65%
3ª VT de São Luís	2738	2325	1411	72%
6ª VT de São Luís	2649	2083	1532	68%
4ª VT de São Luís	3610	2054	1602	72%
1ª VT de São Luís	2983	2090	2313	54%
VT de Barra do Corda	6753	4021	4266	60%
1ª VT de Imperatriz	4855	1795	1247	81%
VT de Pinheiro	6910	3399	1885	82%
7ª VT de São Luís	482	2066	1316	48%
2ª VT de IMP	3361	1813	2491	52%
	66367	47530	36983	68%

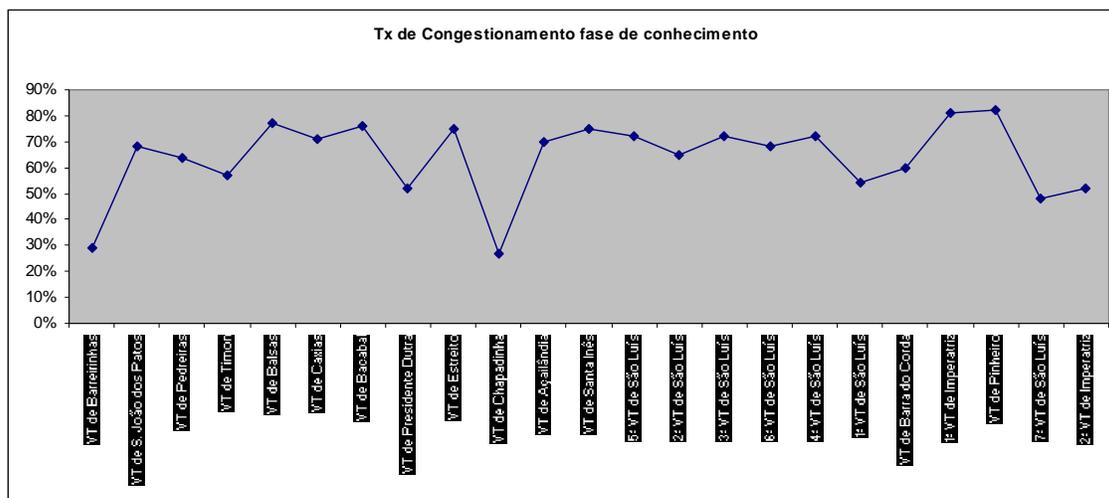


Gráfico 12

- **Indicador - Índice de Conciliação.**

A meta do Tribunal é “aumentar em 5% ao ano o índice de conciliação na fase de conhecimento”.

Tomando como referência o ano de 2009, quando o índice de conciliação era de **34%**, temos o seguinte quadro demonstrativo dos percentuais a serem alcançados até o final do período estabelecido no planejamento estratégico do Tribunal (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou superior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	39%	30%
2011	44%	35%
2012	49%	37%
2013	54%	26%
2014	59%	---

O índice de conciliação, no ano de 2013, decresceu em relação ao ano precedente. O Tribunal não cumpriu a meta. O quadro abaixo mostra como se comportou cada Vara da Região.

Varas do Trabalho	Índice de Conciliação Ano de 2013
VT de Barreirinhas	13
VT de S. João dos Patos	19
VT de Pedreiras	17
VT de Timon	11
VT de Balsas	34
VT de Caxias	38
VT de Bacabal	16
VT de Presidente Dutra	14
VT de Estreito	30
VT de Chapadinha	27
VT de Açailândia	25
VT de Santa Inês	10
5ª VT de São Luís	37
2ª VT de São Luís	33
3ª VT de São Luís	34
6ª VT de São Luís	35
4ª VT de São Luís	30
1ª VT de São Luís	35
VT de Barra do Corda	41
1ª VT de Imperatriz	29
VT de Pinheiro	12
7ª VT de São Luís	41
2ª VT de Imperatriz	27
Índice da Região	26

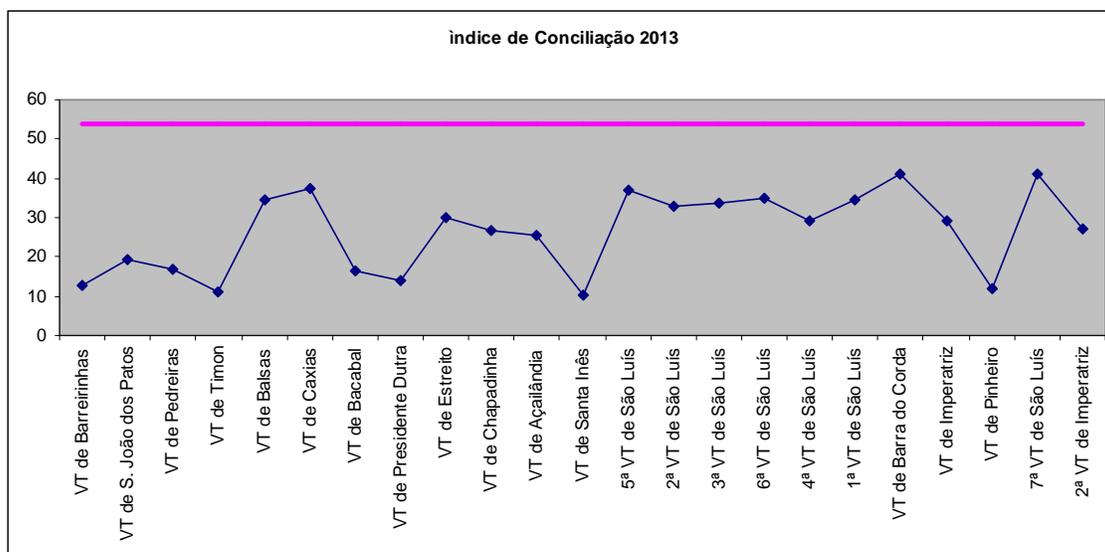


Gráfico 13

No ano de 2013, nenhuma das Varas que compõe a Região atingiu o índice de conciliação desejado pelo Tribunal.

2. Fase de Execução:

2.1. Taxa de congestionamento na fase de execução:

De acordo com a fórmula constante na Resolução nº 76-2009 do CNJ, de 12/05/2009, isto é: $1 - [\text{total de processos baixados}^3 / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]$, a taxa de congestionamento no TRT da 16ª Região, nos últimos três anos, se comportou da seguinte forma:

FASE DE EXECUÇÃO	ESTATÍSTICAS ANUAIS (Resolução Nº 76/2009)		
	2011	2012	2013
Casos novos de execução	9.230	16080	10816
Casos pendentes de execução ao ano anterior	36.764	37.352	48785
Processos baixados de execução	10661	13.719	13283
Taxa de Congestionamento	77%	74%	78%

2.1.1. Seção de Execução (Juízo de Execução):

O Núcleo de Apoio à Execução foi criado pela Resolução Administrativa nº 113-2011, de 09 de junho de 2011, em substituição ao Juízo Auxiliar de Execução. Em 28 de novembro de 2012, a Presidência do TRT16 expediu a PORTARIA GP Nº 1179/2012, dando nova nomenclatura ao Setor, que passou a ser denominado "Seção de Execução (Juízo de Execução)".

Registre-se que a Meta Nacional nº 05, do ano de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, recomenda a criação de uma unidade administrativa de apoio ao processamento de execuções trabalhistas. A Seção de Execução (Juízo de Execução) está vinculada à Presidência.

Nos últimos três anos, a Unidade registrou a seguinte movimentação processual:

INDICADORES		ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013
Remanescentes do ano anterior		600	4.245	4.923
Processos recebidos		4.141	1.820	620
Total a executar		4.741	6.065	5.543
Devolvidos/Solucionados	Devolvidos sem execução encerrada			

INDICADORES		ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013
		32	308	580
	Devolvidos com execução encerrada	464	834	826
Pendentes para o próximo ano		4.252	4.923	4.137
Índice de solução com execução encerrada		9,79%	13,75%	14,90%
Conciliados		74	90	22

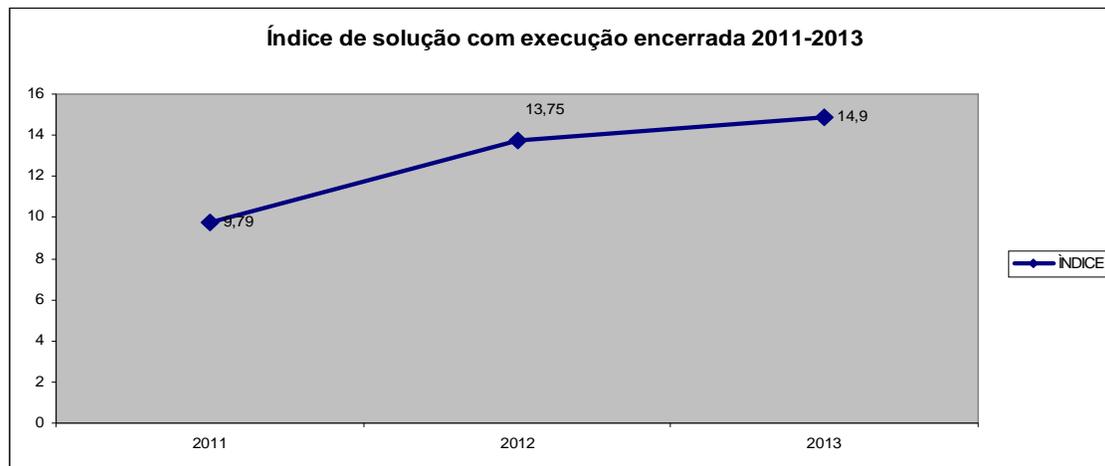


Gráfico 14

Observa-se que, em 2013, o índice de solução com execução encerrada aumentou em 1,15 pontos percentuais em relação ao ano de 2012.

2.2. Indicadores de Desempenho acompanhados pela Corregedoria relativos à fase de execução:

- **Indicador - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução.**

A meta do Tribunal consiste em “reduzir em 10% a taxa de congestionamento na fase de execução do 1º Grau em 2010 e em 5% nos anos subsequentes”.

Tomando como referência o ano de 2009, quando a taxa de congestionamento na fase de execução equivalia a 76%, temos o seguinte quadro demonstrativo dos percentuais a serem alcançados até o final do período estabelecido no planejamento estratégico do Tribunal (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou inferior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	66%	85%
2011	61%	77%
2012	56%	74%
2013	51%	78%
2014	46%	---

Comparando-se com o exercício pretérito, constata-se que, no ano de 2013, a taxa de congestionamento de processos na fase de execução aumentou 4 pontos percentuais em relação ao ano pretérito. Portanto, **não cumpriu a meta**.

Comparando-se as taxas de congestionamento, por vara trabalhista, constatou-se a seguinte situação em relação aos anos de 2012 e 2013:

Varas do Trabalho	Taxa de Congestionamento na Fase de Execução (%)

	Ano 2012	Ano 2013
VT de Barreirinhas	69	51
VT de S. João dos Patos	61	78
VT de Pedreiras	54	73
VT de Timon	57	72
VT de Balsas	65	74
VT de Caxias	57	75
VT de Bacabal	74	70
VT de Presidente Dutra	71	77
VT de Estreito	63	82
VT de Chapadinha	33	60
VT de Açailândia	88	96
VT de Santa Inês	66	81
5ª VT de São Luís	80	87
2ª VT de São Luís	79	79
3ª VT de São Luís	75	84
6ª VT de São Luís	79	87
4ª VT de São Luís	78	92
1ª VT de São Luís	85	72
VT de Barra do Corda	78	66
1ª VT de Imperatriz	50	73
VT de Pinheiro	87	87
7ª Vara de São Luís	73	58
2ª Vara de Imperatriz	92	59

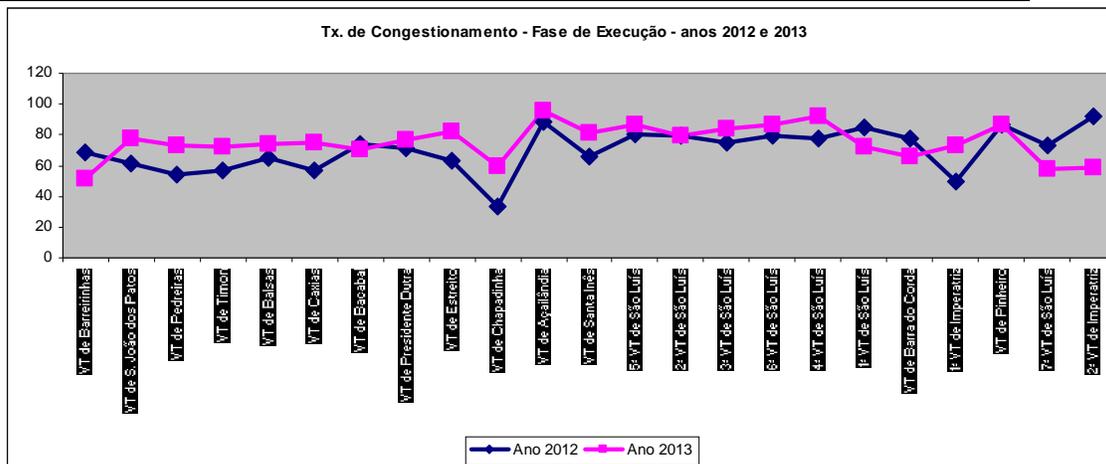


Gráfico 15

A Vara do Trabalho de Barreirinhas foi a única que conseguiu baixar a taxa de congestionamento a níveis pretendidos pelo planejamento estratégico do Tribunal

3. Prazos médios:

3.1. Para a primeira audiência:

Os prazos médios para realização da primeira audiência dos processos submetidos ao rito sumaríssimo e ao procedimento comum, nos três últimos anos, são os seguintes:

Prazo Médio	Ritos	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Realização da 1ª audiência	Sumaríssimo	46	48	73 *
	Ordinário	53	55	75 *

(*) Prazo colhido do sistema e-gestão com data de remessa de 7/3/2014. Relatório emitido no dia 21/5/2014.

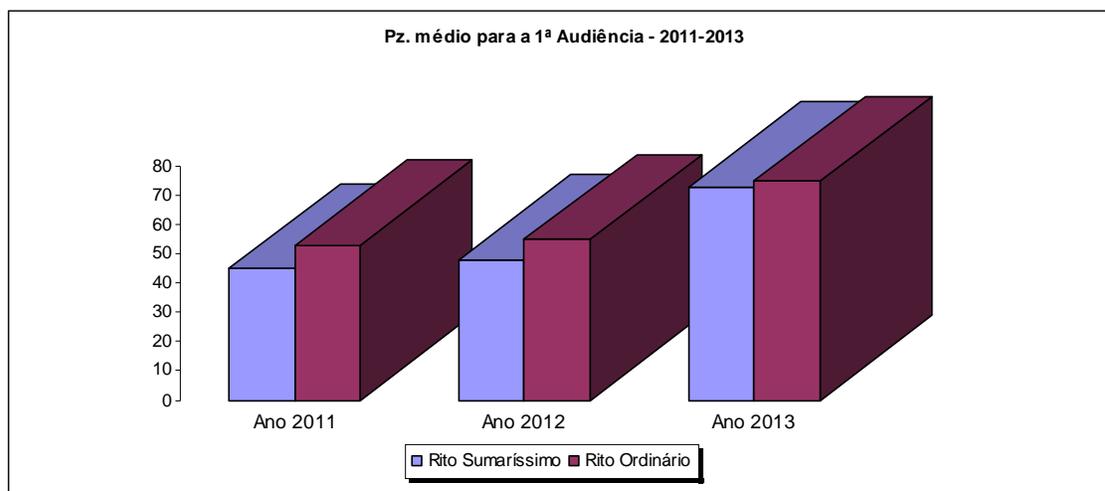


Gráfico 16

Abaixo, o demonstrativo do prazo médio para realização da 1ª audiência nos anos de 2012 e 2013:

Varas do Trabalho	Prazo médio para realização da 1ª Audiência 2012		Prazo médio para realização Da 1ª Audiência 2013	
	Rito Sumaríssimo	Rito Ordinário	Rito Sumaríssimo	Rito Ordinário
VT de Barreirinhas	37	41	432	75
VT de S. J. Patos	32	36	43	66
VT de Pedreiras	33	37	70	56
VT de Timon	44	47	91	91
VT de Balsas	57	60	59	56
VT de Caxias	62	72	118	155
VT de Bacabal	35	38	69	81
VT de P. Dutra	33	37	93	91
VT de Estreito	48	51	80	82
VT de Chapadinha	42	45	121	88
VT de Açailândia	38	45	57	67
VT de Santa Inês	50	53	77	74
5ª VT de São Luís	52	54	85	64
2ª VT de São Luís	74	79	111	84
3ª VT de São Luís	45	55	116	81
6ª VT de São Luís	36	54	96	75
4ª VT de São Luís	73	79	146	111
1ª VT de São Luís	36	72	88	95
VT de B. do Corda	26	26	14	43
1ª VT de Imperatriz	42	49	52	53
VT de Pinheiro	134	136	95	91
7ª VT de São Luís	31	38	--	--
2ª VT de Imperatriz	47	57	66	57

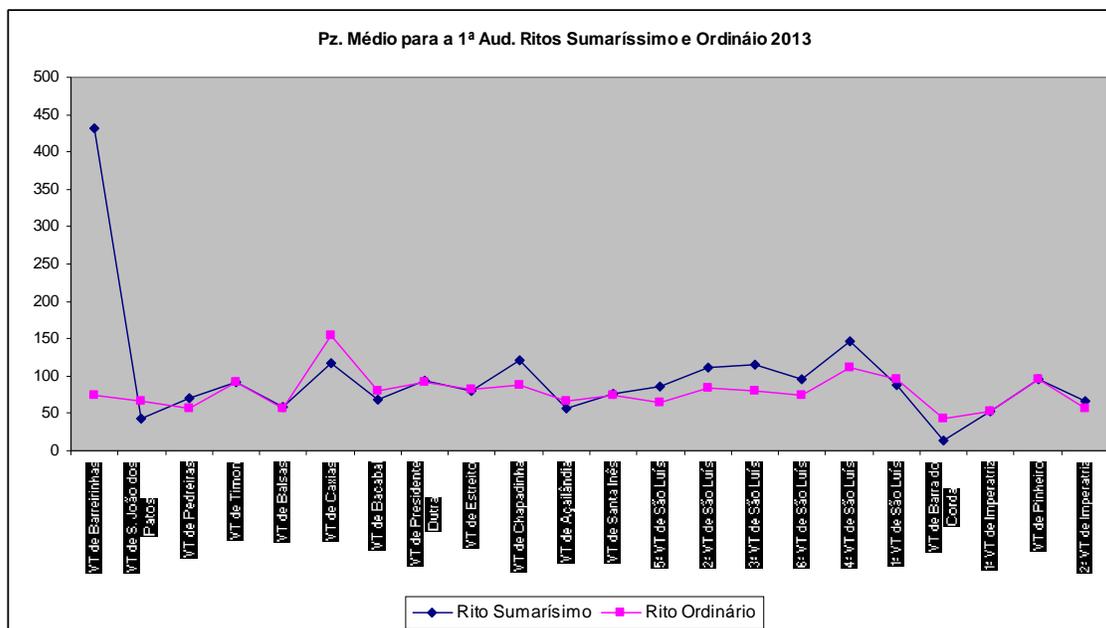


Gráfico 17

Em 2012, o prazo médio do TRT 16ª Região, para a realização da primeira audiência nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e ordinário, corresponderam a **48** (quarenta e oito) e **55** (cinquenta e cinco) dias, respectivamente.

Em 2013, esse mesmo prazo, na ordem acima apresentada, ficou em **73** (setenta e três) e **75** (setenta e cinco).

3.2. Para julgamento⁴:

O prazo médio entre a data de conclusão e do julgamento, observado pelo Regional no ano de 2013, dos processos submetidos ao rito sumaríssimo, correspondeu a **21** (vinte e um) dias e, para os processos submetidos ao rito ordinário, **11** (onze) dias. Abaixo o quadro demonstrativo, por unidade judiciária, nos anos de 2012 e 2013.

Registre-se que a Recomendação CGJT nº 01/2013 recomendou às Corregedorias dos Tribunais Regionais do Trabalho deflagrem a abertura de processo administrativo para verificação de descumprimento de prazo de lei para prolação de sentença ou decisões interlocutórias pelos juízes de 1º Grau, quando excedido em 40 dias o lapso de que trata o inciso II do artigo 189 do CPC.

Varas do Trabalho	Prazo médio para Julgamento - 2012 (conclusão ao julgamento)		Prazo médio para Julgamento - 2013 (conclusão ao julgamento)	
	Rito Sumaríssimo	Rito Ordinário	Rito Sumaríssimo	Rito Ordinário
VT de Barreirinhas	08	08	74	01
VT de S. J. Patos	06	10	12	-
VT de Pedreiras	03	04	06	06
VT de Timon	06	08	47	10
VT de Balsas	15	30	09	11
VT de Caxias	30	45	24	15
VT de Bacabal	04	06	12	01
VT de P. Dutra	04	06	03	01
VT de Estreito	11	11	08	-
VT de Chapadinha	06	05	26	15
VT de Açailândia	22	21	02	02
VT de Santa Inês	04	02	46	-
5ª VT de São Luís	33	66	48	23

⁴ Dados extraídos dos Boletins Estatísticos Mensais das Varas.

2ª VT de São Luís	23	29	39	10
3ª VT de São Luís	21	23	23	05
6ª VT de São Luís	21	30	34	47
4ª VT de São Luís	23	29	82	43
1ª VT de São Luís	19	19	13	08
VT de B. do Corda	21	23	21	92
1ª VT Imperatriz	04	08	07	15
VT de Pinheiro	05	08	05	03
7ª VT de São Luís	11	11	-	-
2ª VT Imperatriz	05	07	06	-

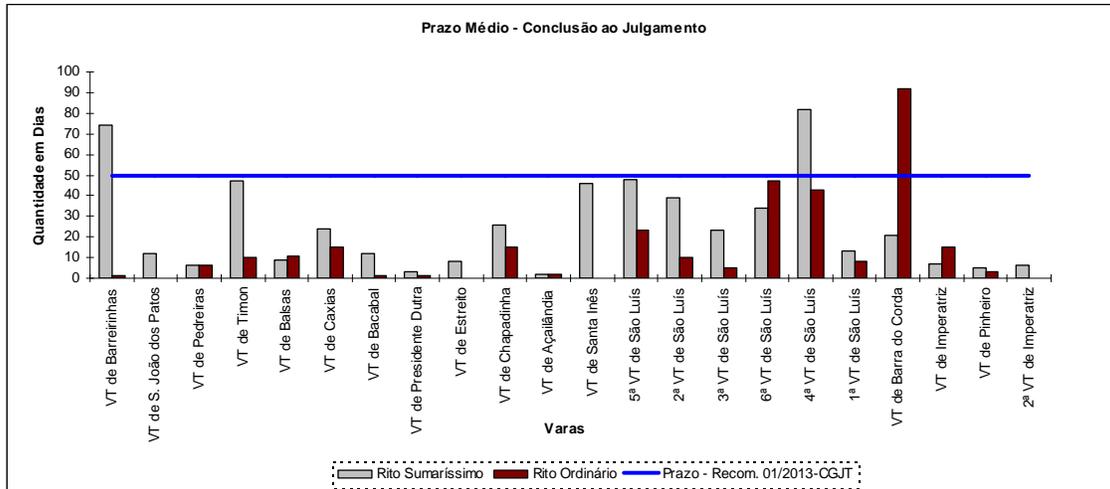


Gráfico 18

- **Indicador - Prazo Médio de Julgamento.**

A meta do Tribunal consiste em “reduzir em 5% ao ano o prazo médio de julgamento no 1º Grau”.

Para esse indicador, o prazo médio foi calculado a partir do número de dias decorridos entre a data de autuação e a data de julgamento, dividido pelo número de processos julgados, independentemente do rito processual.

Tomando como referência o ano de 2009, quando o prazo médio para julgamento do Tribunal contou 145 (cento e quarenta e cinco) dias, tem-se o seguinte quadro demonstrativo da pretensão do Tribunal até o final do período estabelecido no planejamento estratégico (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou inferior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	138 dias	144 dias
2011	131 dias	145 dias
2012	124 dias	141 dias
2013	118 dias	157 dias (*)
2014	112 dias	---

Pelo observado, constata-se que o Tribunal **não cumpriu a meta.**

Varas do Trabalho	Prazo Médio de Julgamento (autuação ao julgamento - dias)	
	Ano 2012	Ano 2013 (*)
VT de Barreirinhas	91	103
VT de S. João dos Patos	76	74
VT de Pedreiras	59	113
VT de Timon	93	141
VT de Balsas	254	99
VT de Caxias	196	172
VT de Bacabal	100	89
VT de Presidente Dutra	108	184
VT de Estreito	137	96
VT de Chapadinha	78	181
VT de Açailândia	113	71
VT de Santa Inês	137	92
5ª VT de São Luís	295	294
2ª VT de São Luís	146	361
3ª VT de São Luís	189	295
6ª VT de São Luís	178	213
4ª VT de São Luís	246	315
1ª VT de São Luís	213	223
VT de Barra do Corda	120	78
1ª VT de Imperatriz	62	111
VT de Pinheiro	217	218
7ª VT de São Luís	60	--
2ª VT de Imperatriz	67	98
PRAZO DO TRT	141	157

(*) Ano de 2013 - Prazo Médio emitido pelo sistema e- Gestão.

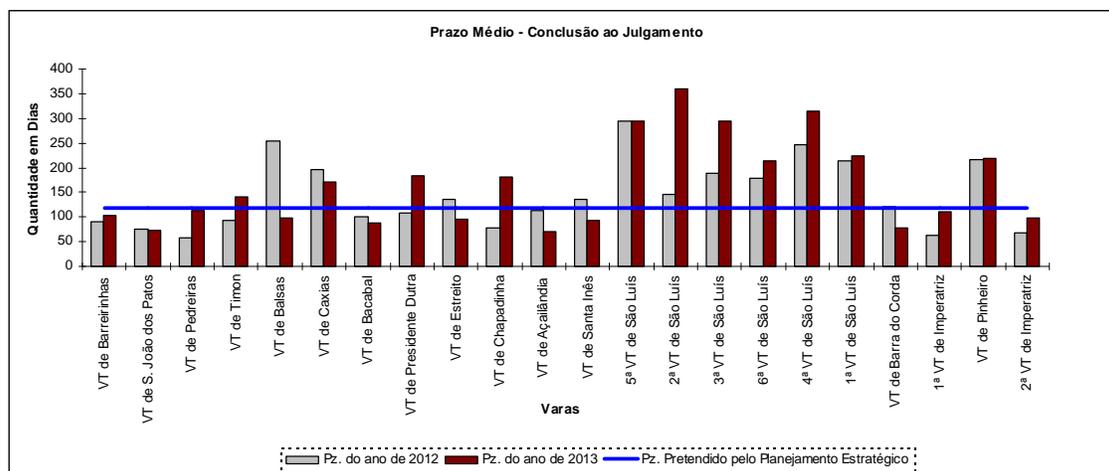


Gráfico 19

Dentre as Varas da jurisdição, 12 (doze) cumpriram a meta: Varas de Barreirinhas, São João Patos, Pedreiras, Balsas, Bacabal, Estreito, Açailândia, Santa Inês, Barra do Corda, 1ª de Imperatriz, 7ª de São Luís e 2ª de Imperatriz.

4. Atos privativos dos magistrados:

4.1. Produtividade dos Juizes Titulares de Vara:

Juízes Titulares	Conciliações	Decisões	Audiências
Manoel Joaquim Neto	151	859	2970
Maria da Conceição Meirelles Mendes	186	1185	3437
Francisco José de Carvalho Neto	154	1555	3011
Rui Oliveira de Castro Vieira	196	279	1858
Maria do Socorro Almeida de Sousa	447	617	3879
Liliana Maria Ferreira S. Bouéres	232	413	1243
Bruno de Carvalho Motejunas	278	826	3979
Érika Guimarães Gonçalves	217	1200	1705
Leonardo Henrique Ferreira	440	819	4886
Francisco Tarcísio Almeida de Araújo	36	71	166
Higino Diomedes Galvão	259	672	4071
Antônio de Pádua Muniz Corrêa	265	556	1393
Noélia Maria Cavalcanti Martins e Rocha	175	289	1475
Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes	18	31	308
Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota	241	389	1599
Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro	92	394	1732
Juacema Aguiar Costa	227	440	1487
Francisco José Campelo Galvão	1695	2883	9085
Fernanda Franklin da Costa Ramos Belfort	275	1666	7273
Érico Renato da Serra Cordeiro	211	1976	2222
Nelson Robson Costa de Souza	245	855	3671
Carlos Eduardo Evangelista B. dos Santos	368	841	2450
TOTAL	6408	18816	63900

4.2. Produtividade dos Juizes Substitutos:

JUIZES SUBSTITUTOS	CONCILIAÇÕES	DECISÕES	Audiências Realizadas
Albeniz Martins e Silva Segundo	202	1296	1865
Alisson Almeida de Lucena	250	225	949
Ângela Cristina C. de Mota Luna	236	568	1651
Angelina Moreira de Sousa Costa	272	454	1265
Augusta Pölking Wortmann	122	525	561
Carlos Gustavo Brito Castro	288	508	1163
Carolina Burlamaqui Carvalho	248	466	1084
Cláudio Victor de Castro Freitas	54	42	182
Christina de Almeida Pedreira	250	604	1468
Elzenir Lauande Franco	250	341	1070
Fábio Ribeiro Sousa	323	607	1661
Fernando Luiz Duarte Barboza	253	574	1172
Francisco José Monteiro Junior	233	1038	1904
Francisco Xavier de Andrade Filho	294	569	1460
Gabrielle Amado Boumann	233	602	1386
Jean Fábio Almeida de Oliveira	347	672	1723

Joanna D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	255	475	1197
Liliane de Lima Silva	77	106	202
Lucas Silva de Castro	215	1092	1543
Marcelo Marques	140	281	718
Márcia Suely Corrêa Moraes	180	170	656
Mário Lúcio Batigniani	195	1701	5200
Maurílio Ricardo Neris	296	416	1575
Patrick Arruda Leon Serva	203	694	1424
Rafaella Messina Ramos de Oliveira	254	604	1772
Sergei Becker	222	580	2018
Vinicius Hespagnol Portella	368	1058	3741
Roberta de Melo Carvalho	102	84	573
Ricardo Machado Lourenço Filho	19	31	82
Paulo Fernando da Silva Santos Junior	64	104	290
Total	6391	16445	41373

4.3. Metas do Judiciário Nacional relativas à produtividade dos magistrados

- **Meta Prioritária Nº 07**

A **Meta Prioritária Nº 07** "consiste em disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos, com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordo, subdivididos por competência".

Meta **não cumprida no ano de 2013**.

4.4. Indicadores de Desempenho do Tribunal acompanhados pela Corregedoria relativos à produtividade dos magistrados.

- **Indicador - Produtividade dos Magistrados**

A meta do Tribunal consiste em "aumentar em 5% ao ano a produtividade dos magistrados no 1º Grau".

Tomando como referência o ano de 2009, quando foi constado uma média de 397 (trezentos e noventa e sete) julgados por magistrados, temos o seguinte quadro demonstrativo da pretensão do Tribunal até o final do período estabelecido no planejamento estratégico (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou superior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	417 julgados/magistrado	540 julgados/magistrado
2011	438 julgados/magistrado	552 julgados/magistrado
2012	460 julgados/magistrado	540 julgados/magistrado
2013	483 julgados/magistrado	678 julgados/magistrado
2014	507 julgados/magistrado	---

A produtividade dos magistrados é calculada a partir da divisão do total de julgados pelo total de magistrados.

O TRT 16ª Região contou, em 2013, com 53 (cinquenta e três) juízes de 1º Grau, sendo que um deles esteve afastado de suas funções judicantes durante todo o ano: o Exmo. Juiz Manoel Lopes Veloso Sobrinho, convocado para auxiliar na Presidência do Regional. O Excelentíssimo Senhor Francisco

Tarcísio Almeida de Araújo, no ano de 2013, esteve licenciado para tratamento de saúde no período de 25/02 a 23/04/2013, 06/05 a 04/07/2013 e 25/09 a 04/10/2013. O Juiz Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes esteve convocado para o TST de 06/03/2013 a 25/02/2014. As juízas Augusta Pölkling Wortmann e Liliâne de Lima Silva estiveram de licença maternidade nos períodos 12/08/2013 a 07/02/2014 e 23/08/2013 a 18/02/2014.

A Meta foi cumprida.

5. Outros indicadores de desempenho:

- **Indicador - Índice de Processos Antigos.**

A meta do Tribunal consiste em “manter o indicador [índice de processos antigos] em percentual não superior a 1%”.

Tal índice corresponde ao percentual entre processos pendentes autuados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente, dividido pelo total de processos pendentes.

O índice de processos antigos do Regional, verificado no final do ano de 2009, importou em 0,5%. A partir de tal constatação, temos o seguinte quadro demonstrativo da pretensão do Tribunal até o final do período estabelecido no planejamento estratégico (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (manter)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	0,5 %	6%
2011	0,5 %	7%
2012	0,5 %	7%
2013	0,5 %	4%
2014	0,5 %	---

Constatou-se, ao final de 2013, que o índice de processos antigos do Tribunal ficou em **4%. NÃO cumpriu** a meta.

Classes	Varas do Trabalho	Processos Antigos (autuados até dez/2011) e não julgados até o mês de referência.	Processos Pendentes de Solução no mês de referência	Índice de Processos Antigos
I	VT de Barreirinhas	1	167	0,01
II	VT de S. João dos Patos	1	80	0,01
	VT de Pedreiras	1	292	0,01
	VT Balsas	17	181	0,09
	VT de Timon	1	511	0,00
III				
IV	VT de Caxias	22	503	0,04
	VT Açailândia	10	174	0,06
	VT de Bacabal	18	609	0,03
	VT de Estreito	11	391	0,03
	VT de Chapadinha	6	680	0,01
V	1ª VT de São Luís	8	806	0,01
	2ª VT de São Luís	59	865	0,07
	3ª VT de São Luís	51	947	0,05

	4ª VT de São Luís	94	1226	0,08
	5ª VT de São Luís	109	1036	0,11
	6ª VT de São Luís	18	994	0,02
	7ª VT de São Luís	40	766	0,05
	VT de Santa Inês	1	643	0,00
	VT de Barra do Corda	3	453	0,01
	VT de Pres. Dutra	3	306	0,01
VI	1ª VT de Imperatriz	25	577	0,04
	2ª VT de Imperatriz	0	440	0,00
	VT de Pinheiro	119	1462	0,08

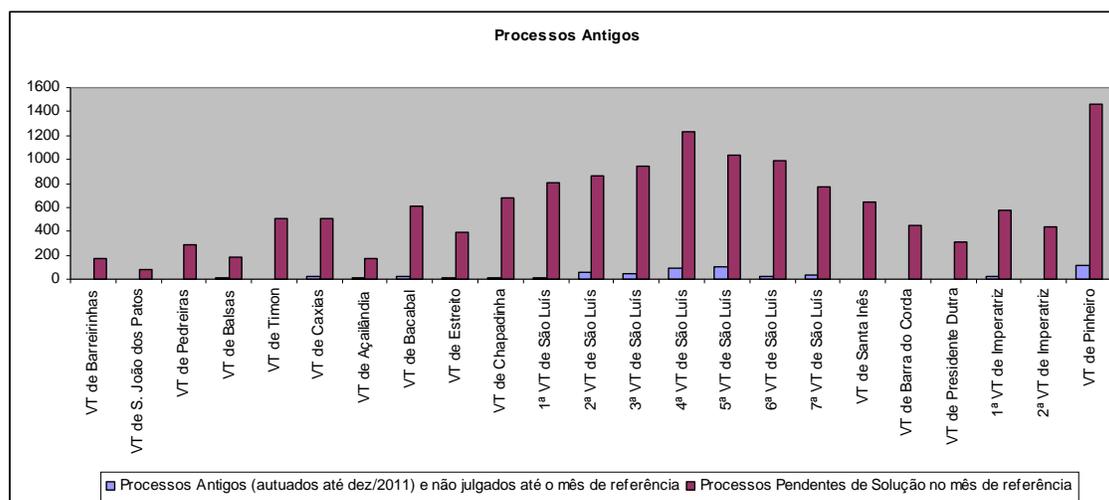


Gráfico 20

Como se vê, **10 (dez)** das vinte e três Varas da jurisdição deste Eg. Tribunal conseguiram manter o índice de processos antigos no patamar pretendido: **as Varas do Trabalho de Barreirinhas, São João dos Patos, Pedreiras, Timon, Chapadinha, Santa Inês, Barra do Corda, Presidente Dutra, 1ª VT de São Luís e 2ª VT de Imperatriz.**

- **Indicador - Índice de Atendimento à Demanda.**

A meta do Tribunal consiste em "aumentar em 2% ao ano o índice de atendimento à demanda no 1º Grau".

Tal índice é extraído da relação entre processos baixados e casos novos recebidos.

Tomando por base o ano de 2009, ocasião em que o Tribunal apresentou o índice de atendimento à demanda no percentual de 51%, temos o seguinte quadro demonstrativo da pretensão do Regional até o final do período estabelecido no planejamento estratégico (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (superior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	53%	92%
2011	55%	108%

2012	57%	102%
2013	59%	87%
2014	61%	---

Embora o índice de atendimento à demanda, apresentado pelo Tribunal no ano de 2013, haja sido inferior ao ano pretérito, o Tribunal cumpriu a meta estabelecida, vez que o pretendido era de 59% e o realizado importou em 87%.

Classes	Varas do Trabalho	Índice de Atendimento à Demanda (%)	
		Ano 2012	Ano 2013
I	VT de Barreirinhas	215	109
II	VT de S. João dos Patos	98	79
	VT de Pedreiras	119	80
	VT Balsas	116	70
	VT de Timon	82	83
III			
IV	VT de Caxias	62	88
	VT Açailândia	154	79
	VT de Bacabal	94	56
	VT de Estreito	121	59
	VT de Chapadinha	81	82
V	1ª VT de São Luís	103	190
	2ª VT de São Luís	100	132
	3ª VT de São Luís	123	124
	4ª VT de São Luís	126	113
	5ª VT de São Luís	98	107
	6ª VT de São Luís	122	103
	7ª VT de São Luís	49	72
	VT de Santa Inês	96	58
	VT de Barra do Corda	158	106
	VT de Pres. Dutra	110	87
VI	1ª VT de Imperatriz	187	66
	2ª VT de Imperatriz	38	129
	VT de Pinheiro	68	55

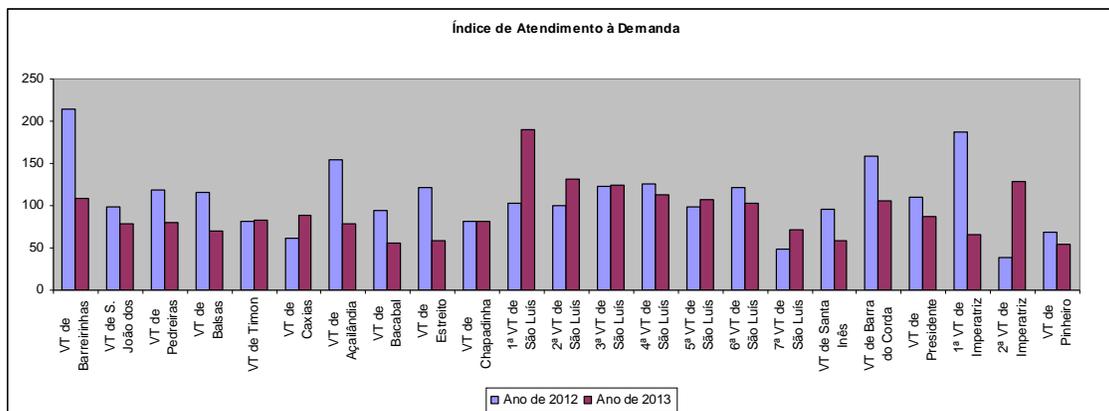


Gráfico 21

Somente as Varas de Bacabal, Santa Inês e Pinheiro da jurisdição não alcançaram a meta pretendida pelo Tribunal, quanto ao atendimento da demanda

➤ **Quadro funcional das Varas:**

Para a análise do desempenho da Vara, é imprescindível que se leve em consideração o quadro de servidores em exercício.

Segundo a Resolução nº 63, de 28 de maio de 2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, alterada pelas Resoluções nºs 83, de 19 de agosto de 2011; 93, de 23 de março de 2012 e 118, de 21 de novembro de 2012; o quadro funcional das Varas tem como critério básico a movimentação processual da unidade judiciária, relativamente à média de processos recebidos nos últimos 03 (três) anos, conforme Anexo III da Resolução:

FAIXA - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	LOTAÇÃO
Até 500	5 a 6
501-750	7 a 8
751 - 1000	9 a 10
1.001 - 1.500	11 a 12
1.501 - 2.000	13 a 14
2.001 - 2.500	15 a 16
2.501 ou mais	17 a 18

Quanto aos oficiais de justiça, estabelece, em seu art. 7º: “Além do quantitativo de servidores previsto no Anexo III, as Varas do Trabalho que não disponham de Central de Mandados e recebam até 1.000 (mil) processos por ano, poderão contar com até dois servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário, área judiciária, especialidade Execução de Mandados, e, as que recebam acima de 1.000 (mil) processos poderão contar com até três, ressalvadas as situações especiais, a critério do Tribunal, em decorrência do movimento processual e da extensão da área abrangida pela competência territorial da Vara do Trabalho”.

Durante as correições ordinárias realizadas em 2013, foi observada a seguinte estrutura administrativa das Varas do Trabalho:

Classes	Varas do Trabalho	Média de Processos recebidos nos anos de 2010 a 2012	Quantitativo de servidores à época da correição – 2013 (A)	Quantitativo de Oficiais de Justiça à época da correição 2013 (B)	Quantitativo de estagiários à época da correição 2013 (C)	Total de servidores (A+B)	Relação processos/servidor ⁵
I	VT de Barreirinhas	376	03	01	04	04	94

II	VT de S. João dos Patos	640	07	01	03	08	80
	VT de Pedreiras	748	05	01	02	06	125
	VT Balsas	735	05	01	04	06	122
	VT de Timon	697	08	01	02	09	77
III							
IV	VT de Caxias	1224	10	01	04	11	111
	VT Açailândia	1400	07	02	03	09	155
	VT de Bacabal	1202	07	00	03	07	171
	VT de Estreito	1037	08	01	01	09	115
	VT de Chapadinha	1427	09	01	04	10	143
V	1ª VT de São Luís	1743	13	00	06	13	134
	2ª VT de São Luís	1743	13	00	05	13	134
	3ª VT de São Luís	1722	12	00	02	12	143
	4ª VT de São Luís	1729	13	00	05	13	133
	5ª VT de São Luís	1735	12	00	05	12	144
	6ª VT de São Luís	1751	12	00	06	12	146
	7ª VT de São Luis	1636	07	00	04	07	233
	VT de Santa Inês	1674	12	00	03	12	139
	VT de Barra do Corda	1755	07	01	03	08	219
	VT de Pres. Dutra	1524	08	01	01	09	169
VI	1ª VT de Imperatriz	2237	07	02	05	09	248
	2ª VT de Imperatriz	2052	08	02	06	10	205
	VT de Pinheiro	2092	10	01	04	11	190

Relação de Processos x servidor

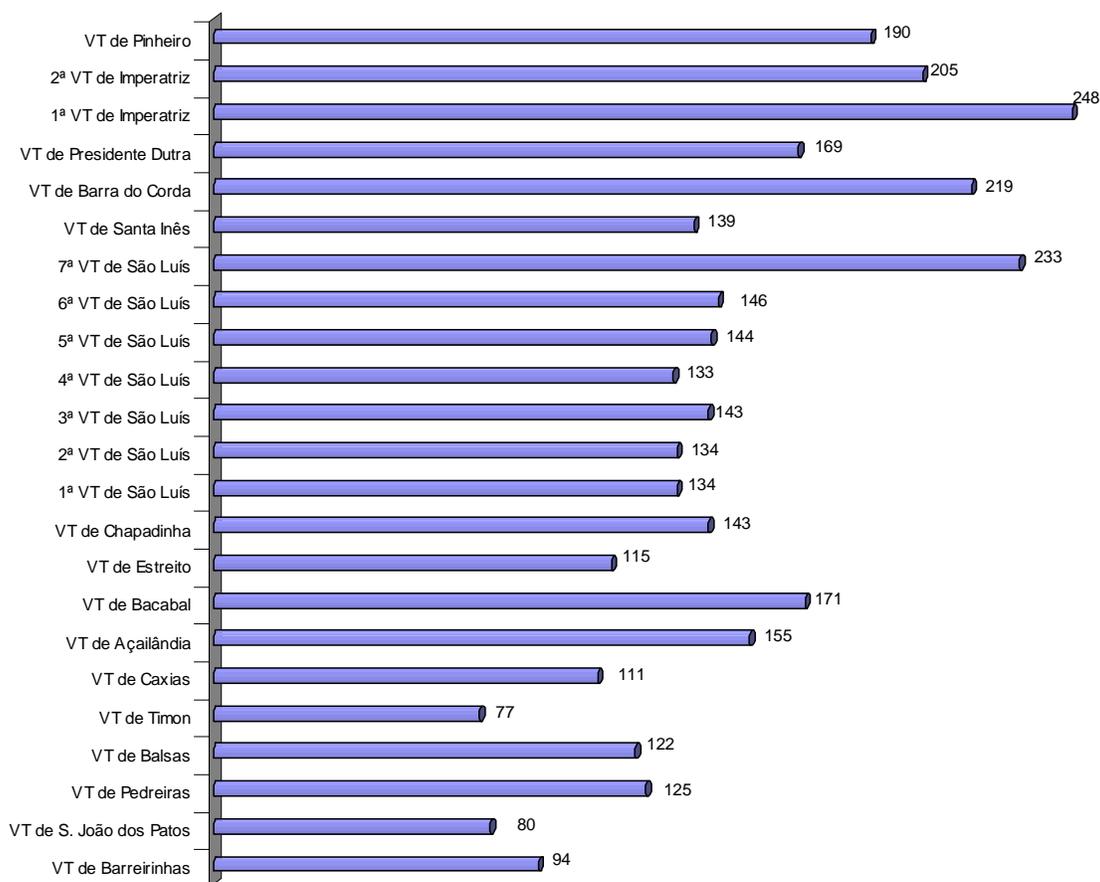


Gráfico 22

Constata-se que a Vara do Trabalho de Timon possuía o menor número de processos por servidor (77) e a 1ª VT de Imperatriz apresentou o maior número (248).

Registra-se que, atuando nos limites da sua competência, o Desembargador Corregedor, observada a defasagem do quadro de pessoal de quaisquer das Varas, quando da realização das correções ordinárias, solicitou a recomposição do quadro respectivo à Presidência do Tribunal.

- **Indicador - Julgados por Força de Trabalho.**

A meta do Tribunal consiste em "aumentar em 5% ao ano o total de julgados por força de trabalho⁶".

Em 2009, o Tribunal apresentou 58 (cinquenta e oito) julgados por força de trabalho. Para atender à pretensão do Tribunal no período estabelecido no seu planejamento estratégico (2010-2014), temos o seguinte quadro demonstrativo:

⁶ Segundo o Anexo da Resolução 76/2010, a força de trabalho consiste: "...os ocupantes de cargos efetivos, os requisitados, os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, os removidos, os terceirizados e os estagiários, no final do ano-base. Excluem-se os cedidos a outros órgãos".

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou superior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	61	74
2011	64	61
2012	67	69
2013	70	85
2014	73	---

Calculada a média de servidores da 1ª instância do TRT 16ª Região, no ano de 2013, verificou-se que contava com 515 (duzentos e quinze) colaboradores compondo a força de trabalho. O número de julgados importou em 43.982 (quarenta e três mil, novecentos e oitenta e dois). Portanto, a relação de julgados por força de trabalho correspondeu a **85** (oitenta e cinco) julgados por força de trabalho, evidenciando **o cumprimento da meta**.

VII. GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Não houve alterações quanto às condições dos mobiliários e equipamentos disponibilizados para a Vice-Presidência e Corregedoria em 2013, comparando com o do ano anterior.

VIII. GESTÃO AMBIENTAL

Objetivando a formação de um ambiente ecologicamente equilibrado, o consumo sustentável e o incentivo de atitudes socioambientais por parte de magistrados, servidores e jurisdicionados, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, em atendimento à Recomendação nº 11, de 22/05/2007, do Conselho Nacional de Justiça, vem implantando medidas para o alcance de tal objetivo.

Corroborando tal iniciativa, a Vice-Presidência e Corregedoria Regional têm adotado algumas práticas.

Em relação ao consumo racional de energia elétrica:

- Adotam a prática de desligar os monitores dos computadores quando os servidores ausentam-se temporariamente das mesas de trabalho, como também de apagar as lâmpadas dos recintos que não estejam em uso durante o expediente.

Em relação à melhoria do meio ambiente:

- Utilizam copos de vidro e xícaras de porcelana diminuindo o uso dos copos plásticos descartáveis.

Em relação ao consumo racional de papel:

- Utilizam sistematicamente a impressão em frente e verso nos documentos de natureza administrativa e judicial, em observância ao Ato Regulamentar GP Nº 01/2010, contribuindo para o consumo racional de papel.

- Evitam a impressão desnecessária de documentos, priorizando o envio de comunicações por meio eletrônico.

- Efetuam a coleta de papéis impressos e inutilizáveis para reciclagem.

- Aproveitam o verso dos papéis impressos, utilizando-os como borrões ou os enviam ao Setor Gráfico do Tribunal para confecção de blocos de anotações.

IX. GESTÃO DE TECNOLOGIA INFORMACIONAL

A Vice-Presidência e Corregedoria, pelo seu âmbito de atuação, dispõem do Sistema Tecnológico adotado pelo Tribunal para o acompanhamento da movimentação processual da primeira jurisdição: o SAPT1.

X. RESULTADOS OBTIDOS:

Relativamente às atribuições exclusivas da Corregedoria, destacam-se os seguintes resultados:

a) Das manifestações do **Fale Corregedoria**, recebidas em 2012, 100% foram resolvidas e arquivadas no mesmo período de referência;

b) Quanto às **Reclamações Correccionais**, do total de 09 (sete) atuadas em 2013, todas foram apreciadas e decididas no mesmo ano.

c) Dos 20 (vinte) Pedidos de Providências atuados em 2013, 80% foram resolvidos e arquivados no mesmo exercício, de forma que restaram 04 (quatro) Pedidos de Providências, atuados em 2013, para serem decididos no ano de 2014. Foram decididos, ainda, 04 (quatro) Pedidos de Providência que restaram do ano de 2012 (190/2012, 287/2012, 298/2012 e 312/2012).

d) Ao final do exercício de 2013 não restava processos pendentes em relação à **Remoção ou Promoção** de juízes.

e) Todas as Varas da jurisdição realizaram **Inspeção Judicial**, encaminhando a respectiva Ata à Corregedoria, conforme estabelecido no Provimento Geral Consolidado e RA Nº 210/2012;

f) Em relação às atividades Itinerantes, foram realizadas 4.649 audiências em itinerâncias realizadas pelo interior do Estado, levadas a cabo por 10 (dez) Varas do Trabalho, que se deslocaram em caráter itinerante no ano de 2013. No ano de 2012 foram realizadas 2.036 audiências em deslocamentos itinerantes, de forma que o indicador de desempenho estabelecido pelo planejamento estratégico deste Regional para as itinerâncias foi atingido;

g) Foram realizadas **Correções Ordinárias** em todas as 23 (vinte e três) Varas do Regional, na Distribuição dos Feitos dos Fóruns Astolfo Serra e Manuel Alfredo Martins e Rocha, no Juízo Auxiliar de Execução, no Serviço de Cálculos Judiciais e na Central de Mandados;

h) Foram analisados, por amostragem, quando da realização das **Correções Ordinárias**, 1.780 (mil setecentos e oitenta processos) processos, Deste total, 1.104 (um mil, cento e quatro) deles receberam despachos correccionais;

i) Em relação ao **Projeto Conciliar**, registrou-se, na Semana Nacional de Execução, a arrecadação de R\$6.202.140,78 (Seis milhões, duzentos e dois mil, cento e quarenta reais e setenta e oito centavos), resultado de 574 (quinhentos e setenta e quatro) acordos homologados em 1º grau e 3 (três) em 2º Grau. Durante a Semana Nacional de Conciliação, registrou-se o valor total de R\$ 4.804.692,20 (quatro milhões, oitocentos e quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais e vinte centavos), resultado de 688 (seiscentos e oitenta e oito) acordos homologados no 1º Grau e 5 (cinco) no 2º Grau.

XI. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Atento à necessidade de agilizar e, desse modo, melhorar a qualidade da prestação jurisdicional, vislumbrando, inclusive, o princípio estampado na Carta Política de 1988, da razoável duração do processo, o Desembargador Vice-Presidente e Corregedor tem buscado manter com os Juízes de 1º Grau um relacionamento mais estreito, o que fez mediante a realização de reunião com estes, coletiva e individualmente, oportunidades em que procurou tratar de temas que vissem otimizar a realização dos trabalhos e, de consequência, proteger a imagem do Judiciário Trabalhista, como justiça célere e eficaz.

Para isso, durante a atividade correccional, pontuou a necessidade de se trabalhar com a ideia de correção permanente, evitando, desse jeito, que o desenvolvimento da administração da justiça de primeiro grau se resume a um amontoado de papéis escritos: a ATA, resultado de uma única visita anual, deixando as unidades e os servidores nelas lotados entregues à própria sorte. Tal comportamento, consoante apregoou, é omisso, razão por que, após a realização da correção periódica ordinária, sempre ordenou o retorno de sua equipe à unidade então correccionada, após o decurso de prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias, a fim de que fosse verificada a movimentação dos trabalhos judiciais.

Ainda nesse intento, durante todo o ano, mostrou preocupação com o volume de processos pendentes de despacho de mero expediente (sempre elevado) em todas as Varas do Trabalho do Regional, recomendando aos juízes do trabalho que, de forma equitativa, dividissem entre

si ditos processos, a fim de que o problema, senão resolvido de vez, ao menos fosse amenizado. Respostas positivas foram observadas nesse sentido.

Não menos preocupação revelou quanto aos processos conclusos para julgamento com prazo vencido. Por essa razão, determinou a extração mensal de relatórios no SAPT1 para obtenção dessa informação e a expedição de ofícios aos juízes do trabalho que se encontravam nessa situação, deferindo-lhes prazo para regularização da situação.

Junto às unidades judiciárias, em que pese à vedação de investimentos nos sistemas de acompanhamentos processuais já existentes nos Tribunais (art. 46 da Resolução nº 94/2012 do CSJT), a Diretoria de Informática do Regional, com a devida prontidão, vem atendendo aos reclamos da Corregedoria no sentido de facilitar a utilização do SAPT1, de modo a adequá-lo à nova modalidade de coleta de dados estatísticos - e-Gestão, havendo que se registrar que a reconhecida contribuição mereceu elogios do Desembargador Corregedor.